

# POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)

## No encerramento das Jornadas Parlamentares



Ministro das Cidades actualiza Finanças locais



(Pagina 9)

Grandes Opções do Plano-2005

As “Grandes Opções do Plano”, para 2005, foram aprovadas na última reunião do Conselho de Ministros. São já conhecidas essas opções, que serão analisadas e aprovadas no fim do mês pelo Conselho Económico e Social. Nesta edição observamos alguns aspectos mais relevantes das Opções, começando pelo compromisso do Governo a prosseguir com a regionalização dos serviços do Estado nas regiões autónomas, iniciado em 2003.

(Pagina 16)

# Intervenção sobre as Jornadas Parlamentares do GP/PSD nos Açores

Deputado Guilherme Silva

Assembleia da República, 15 de Setembro de 2004

(...)  
Iniciamos agora o ano parlamentar, com a 3ª sessão legislativa da 9ª Legislatura.

O Grupo Parlamentar do PSD fá-lo, na sequência das Jornadas Parlamentares que realizou nos Açores e que tiveram início no Domingo último e terminaram ontem de manhã em Ponta Delgada.

Para além da maior importância dos temas que debatemos, das reflexões que fizemos sobre o nosso próprio funcionamento e sobre a programação dos trabalhos desta sessão legislativa, regressámos dos Açores com a profunda convicção de que os açorianos anseiam a mudança e querem concretizá-la no próximo dia 17 de Outubro.

Durante anos os Açores tiveram com Mota Amaral, uma liderança a sério, forte e prestigiada. Com isso, os Açorianos ganharam. Nos últimos 8 anos os Açorianos tiveram, com Carlos César, um político limitado e de vistas curtas. Por essa razão, os Açores ficaram a marcar passo.

Nos próximos 4 anos abre-se aos açorianos a oportunidade de, com Victor Cruz à frente do Governo Regional, terem liderança, prestígio, capacidade reivindicativa, condições para afirmar os Açores no plano nacional, europeu e internacional.

(...)  
Decorre neste momento a campanha eleitoral para a escolha da nova liderança do Partido Socialista.

Naturalmente que quanto às questões internas do PS nada temos a dizer.

Mas no que o debate político dentro do PS tem de incidência na vida política nacional é obrigatória uma palavra clara, simples e directa.

E a verdade, nua e crua, é óbvia: o que se passa actualmente no PS é um espectáculo lastimável. Acusações pessoais entre três candidatos, muitas; insinuações de défice democrático, de fraude eleitoral e de clientelismo, bastantes; propostas de soluções para os problemas do País, nenhuma.

A sensação que os Portugueses têm é que o PS se mobiliza para uma solução para os seus problemas internos, mas não tem, nem soluções, nem ideias, nem propostas concretas para os problemas de Portugal e dos Portugueses.

Alguém há-de vencer aquela eleição. Esse é um problema dos militantes do PS. Mas dessa eleição, como se tem visto, não resultará qualquer parcela de vitória para



Portugal e para o futuro do nosso País.

A Democracia constrói-se com uma Oposição forte e credível, que é exactamente o que não temos.

Daqui a 1 mês veremos a nova liderança do PS muito radical no verbo e muito pobre no conteúdo; muito agressiva no discurso e muito frouxa na substância; muito confrontacional na forma e completamente ausente nas propostas e soluções.

O radicalismo do discurso servirá, apenas, para tentar disfarçar a pobreza de ideias.

É tudo isto, Senhores Deputados, que reforça a nossa responsabilidade. A responsabilidade da governabilidade, da solidariedade e da estabilidade.

Nós falamos e actuamos a pensar, apenas e só, em Portugal e nos Portugueses.

Aprendemos isso, desde cedo, com Sá Carneiro e continuámo-lo com Cavaco Silva, Durão Barroso e agora com Santana Lopes.

Esta terceira sessão legislativa ocorre num momento singular da vida do nosso País.

Acabou um ciclo. Começou outro. Mas entre um e outro há um mesmo denominador comum – a mesma política de exigência e de rigor, a mesma preocupação com a retoma e o crescimento, o mesmo propósito reformista, modernizador e de aposta na justiça social.

Um mesmo Programa para concluir e executar.

Temos hoje fundadas razões para estar confiantes. A consolidação orçamental está em curso; os sinais de retoma e de recuperação são, trimestre a trimestre, cada vez mais visíveis; o sentimento de investidores e de consumidores tem vindo a tornar-

se claramente mais positivo; a nossa credibilidade na Europa foi reforçada.

Acabou o tempo da recessão. Começou o tempo da recuperação e do crescimento.

Nenhum Português deve embandeirar em arco. Recuperação e crescimento não pode nem deve significar laxismo, facilitismo ou abrandamento do ritmo reformador.

Nenhum Português deve esperar menos esforço e menos exigência. É que sem esforço não ganhamos a batalha da produtividade e sem exigência não vencemos o desafio da competitividade.

Nenhum Português deve alimentar ilusões. O nosso caminho é o da segurança e da solidez, não é nem será nunca o caminho da ilusão, do artificialismo, do facilitismo ou da expectativa falsa.

Mas todos os Portugueses sabem, agora melhor do que antes, que o caminho já percorrido valeu a pena e que começa agora a dar resultados.

E sobretudo os Portugueses sabem que, com a nossa governação, o crescimento económico será usado em benefício de todos, particularmente dos mais carenciados, nunca ficará confinado ao privilégio de alguns.

Os objectivos são, para nós, claros: queremos consolidar o crescimento económico para diminuir as clivagens sociais, para atenuar as desigualdades regionais, para promover maior e melhor justiça social.

Estamos orgulhosos do trabalho feito nos primeiros dois anos da Legislatura.

Temos orgulho de apesar de tantas incompreensões e ataques, termos prosseguido, por imperativo

nacional, uma política de contenção e de rigor nas finanças públicas, assumindo os ónus das restrições e da consolidação orçamental, mercê dos desmandos e desperdícios dos governos socialistas que nos antecederam.

Para os que proclamavam que o Dr. Durão Barroso não servia para governar Portugal, a história encarregou-se de dar a adequada resposta, através da unanimidade de vinte e quatro Chefes de Estado e de Governo, legitimados pelo voto dos seus concidadãos, que o escolheram para governar a Europa.

Lamentamos o sectarismo dos que, cegamente, numa visão puramente partidária, espezinharam o interesse nacional e não souberam compreender a projecção que tem para Portugal e para a sua afirmação externa, caber a um Português a Presidência da Comissão Europeia.

Foi esse mesmo sectarismo que levou aos ataques desenfreados, e sem precedentes, ao Primeiro-Ministro e aos Membros do Governo indigitados, ainda antes da sua posse.

Quero daqui dirigir uma palavra ao Primeiro-Ministro, Dr. Santana Lopes. Sei que é um homem de grandes desafios e um político que os enfrenta de forma determinada e sem medo.

Como sei que os vence e desempenha com sucesso as funções em que é investido.

E não tenhamos ilusões. É exactamente por essa razão que esses ataques vão continuar, com as mais vis deturpações e falsidades em que os nossos adversários se especializaram e sem o que já não sabem sobreviver politicamente.

Adversários dentro, e fora deste Parlamento.

A todos, deixamos uma mensagem clara.

Estamos legitimados pelo voto popular e não consentiremos que o radicalismo das Oposições ou os poderes fácticos, não legitimados democraticamente, ponham em causa o que de mais sagrado há em Democracia – a vontade popular, livre e soberanamente expressa.

Em 2006 cá estaremos, de Norte a Sul do País, do Continente às Regiões Autónomas, para o julgamento democrático.

O julgamento de quem herdou um País sem rumo e à deriva.

O julgamento de quem começou a preparar um futuro de maior crescimento, maior justiça e melhor solidariedade para todos os Portugueses.



## Intervenção sobre a promoção e valorização dos Bordados de Castelo Branco

Deputado Fernando Penha

Assembleia da República, 20 de Setembro de 2004

(...)

O PSD, na defesa e elevado apreço pelos valores do património cultural regional e nacional em que se incluem as artes decorativas portuguesas tudo tem feito e continuará a fazer para sua protecção, divulgação e desenvolvimento no sentido de as manter vivas e apelativas, preservando a sua autenticidade e inegável valor artístico.

Assim foi relativamente aos Tapetes de Arraiolos.

Assim é hoje em relação aos Bordados de Castelo Branco.

Assim está sendo em relação aos Bordados de Viana de Castelo, onde os deputados do PSD encetaram já as necessárias diligências para aqui ser apresentado projecto semelhante ao que hoje apreciamos e desejamos ver aprovado.

(...)

...o Projecto visa a **promoção e valorização desta arte**, a defesa da sua autenticidade e tipicidade com certificação de garantia, a formação e valorização profissional tendente a garantir a sua genuinidade, elevado

padrão de qualidade, rigor e perfeição de execução. Todas estas acções são importantes para assegurar a continuidade desta arte de raiz regional e portuguesa bem reconhecida aquém e além fronteiras.

(...)

Os Bordados de Castelo Branco para além de expressão artística artesanal são elementos de profunda raiz popular obedecendo a cânones bem definidos no que concerne: aos materiais utilizados, linho e seda; aos desenhos e motivos ornamentais, às cores e primorosa técnica de execução.

Tanto quanto é conhecido, em resultado de cuidadas investigações e recolhas de elementos de informação, a sua origem remonta à época dos descobrimentos imbricando na arte evidenciada pelas colchas chinesas e indo-portuguesas, utilizando materiais, elementos decorativos, cores e técnicas de execução de cariz regional em conjugação com a arte e criatividade das próprias bordadoras numa produção eminentemente caseira, assumindo características específicas bem tipificadas.



Os Bordados de Castelo Branco estão indissociavelmente ligados à Cidade e ao Concelho indo ainda mais além em outras áreas do Distrito, exprimindo sempre a sua relação com o meio rural, com a decoração doméstica, com a cultura e tradição ancestral local como raiz de identidade tornando-se representação de uma arte decorativa nacional celebrizada e muito apreciada aquém e além fronteiras.

(...)

Os Bordados de Castelo Branco são elevada expressão cultural regional e nacional que em linho e seda se materializam em preciosas peças de arte unidas pela perfeição de execução das bordadoras beirãs entregando a cada trabalho para além do seu moroso labor um incomensurável amor.

O PSD presta o seu inequívoco contributo aos Bordados de Castelo Branco dando o seu total apoio à aprovação do Projecto em apreciação.

(...)

## Alterações ao elenco parlamentar

Os ex-ministros Marques Mendes, David Justino, Teresa Gouveia e Pedro Roseta, bem como os ex-secretários de Estado Susana Toscano e Vasco Valdez regressaram na quarta-feira ao Parlamento, ocupando o seu lugar como deputados da maioria.

Os quatro ex-ministros e os dois ex-secretários de Estado do executivo de Durão Barroso, presentes ao longo dos últimos dois anos na bancada do Governo durante os debates parlamentares, estarão agora sentados na bancada do grupo parlamentar do PSD. Marques Mendes, David Justino, Teresa Gouveia e Pedro Roseta participaram já, como deputados, no debate do programa do Governo, no final de Junho.

Todos os ex-governantes foram eleitos deputados nas legislativas de 2002, que deram origem à coligação. Dos seis, apenas o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Vasco Valdez e a ex-secretária de Estado da Administração Pública Susana Toscano - da equipa da antiga ministra das Finanças Manuela Ferreira Leite - exercerão pela primeira vez as funções de deputados à Assembleia da República.

Entretanto, saíram da Assembleia para o Governo, os actuais ministros Álvaro Barreto (Estado e Assuntos Económicos), Henrique Chaves (Adjunto do primeiro-ministro) e Rui Gomes da Silva (Assuntos Parlamentares). Pedro Duarte (secretário de Estado da Juventude).

Na sequência das eleições europeias, tinham já saído outros deputados, entre os quais a presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Assunção Esteves, cujo substituto, a indicar pelos PSD, deverá ser anunciado em breve.

## AGENDAMENTOS

### Quarta-Feira, dia 22 de Setembro de 2004-15:00h

Proposta de Lei n.137/IX (GOV)  
(Autoriza o Governo a proceder à revisão do Código da Estrada)

Proposta de Resolução n.º74/IX (GOV)  
(Aprova, para ratificação, as emendas aos artigos 7º, 24º, 25º e 74º da Constituição da Organização Mundial de Saúde)

### Quinta-Feira, dia 23 de Setembro de 2004-15:00h

Projecto de Lei n.451/IX (PS)  
(Regula o processo de selecção dos candidatos portugueses ao exercício das funções de juiz e de altos cargos em tribunais internacionais)

Projecto de Resolução n.º254/IX (PCP)  
(Contra as patentes de software na União Europeia em defesa do desenvolvimento científico e tecnológico)

Projecto de Resolução n.º255/IX (PCP)  
(Recomenda ao Governo a tomada de medidas com vista ao desenvolvimento do software livre em Portugal)

Votações

### Sexta-Feira, dia 24 de Setembro de 2004-10:00h

Perguntas ao Governo



## Intervenção sobre o Referendo Europeu

**Deputado António Almeida Henriques**  
**Assembleia da República, 16 de Setembro de 2004**

Felicitar o Governo na pessoa do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, por trazer na sua primeira intervenção da sessão legislativa a questão do referendo europeu e a forma aberta como o faz, quando é sabido que é já no próximo dia 29 de Outubro, em Roma, que se assinará o texto do novo Tratado Constitucional

Por um lado, apresenta a proposta de uma **data, 5 de Junho**, mantendo abertura para se encontrar um consenso;

Apresenta-se de espírito aberto para se encontrar uma **pergunta** que permita aos nosso concidadãos, pronunciarem-se com **objectividade** e conhecimento de causa.

Coloca-se, como é habitual, numa **postura aberta e responsável**, com a convicção de que esta é uma **oportunidade soberana** de levar a

que todos participem na discussão, sem excepções e de manter os amplos consensos existentes.

É uma **excelente oportunidade** de combater o tradicional alheamento dos cidadãos quanto às questões europeias.

É uma **oportunidade de ouro** de combater o unanimemente reconhecido deficit de participação dos cidadãos nesta matéria.

A ajudar este consenso, temos também o forte contributo da presença de um português Dr. José Manuel Durão Barroso, à frente da Comissão, o que muito orgulha os portugueses e desperta também o seu interesse no acompanhamento destas matérias.

(...)  
É preciso explicar que este tratado consagra uma maior simplificação através da fusão dos tratados e do abandono da estrutura em pilares;

Que clarifica melhor as competências, Que permite uma maior eficácia no funcionamento a 25 e futuramente a 28, com o desenho e equilíbrios das diferentes instituições;

Não podemos deixar que alguns aproveitem o referendo para o secundarizar, para discutir questões menores ou colaterais, há que centrar o debate nas questões europeias, aspectos positivos e negativos que levem os portugueses a dizerem sim ou não.

(...)  
Esta é uma matéria em que se produziu um amplo consenso nesta Câmara, direi mesmo no País, deve-se continuar este caminho não desvirtuando a discussão.

Não desperdicemos mais uma oportunidade soberana, não se inutilize o referendo, façamos deste um designio de todos, pelo menos uma vez na vida  
Sendo pois a primeira oportunidade



de o Povo Português se pronunciar, embora haja neste tratado uma menor transferência de soberania do que noutros, é claramente o momento mais simbólico, até por se tratar de um tratado constitucional.

O desafio de todos, Assembleia da República, Governo e todos os partidos, sem excepção, é conseguir esclarecer os cidadãos, levar a que compreendam melhor o funcionamento da União Europeia e aquilo que o novo Tratado Constitucional traz de novo.  
(...)

## Intervenção sobre a transparência das Contas Publicas

**Deputado Daniel Rebelo**  
**Assembleia da República, 17 de Setembro de 2004**

(...)

Compreendo sobretudo esta preocupação de transparência das Contas Publicas expressa pelo Partido Socialista por ela surgir na sequência da Governação Socialista.

Deve o Partido Socialista ser **cumprimentado por reconhecer e assumir** a deficiência na transparência das Contas Publicas dos seus Governos demonstrando uma pela visão abrangente e não meramente partidária desta questão, esta proposta parece ser uma crítica implícita ao passado, e às contas do Governo apoiado por V<sup>a</sup> Exas.

Não posso no entanto deixar de estranhar o momento escolhido pelo Partido Socialista para demonstrar esta preocupação.

Sendo de facto a falta de transparência das contas publicas uma deficiência **há muito apontada** às contas publicas nacionais, não deixa de surpreender que o Partido Socialista sugira um conjunto de medidas, **justamente quando elas estão já implementadas ou em implementação pelo Governo**.

A Direcção Geral do Orçamento tem apresentado e publicitado - **tal como é sugerido pelo Projecto de Resolução** - mensalmente a informação sobre dados da execução orçamental respeitando todos os critérios de transparência.

Têm sido divulgadas todas as correcções ou ajustamentos em relação a estimativas, obedecendo ao sistema de contas públicas do Eurostat. O Plano Oficial de Contabilidade Publica está a ser implementado, estando o Governo

a desenvolver um **esforço acrescido** no sentido de **acelerar a sua implementação**.

O Governo tem respeitado e cumprido a Lei de Enquadramento Orçamental, e acima de tudo tem mantido uma postura de transparência em relação às contas publicas, que - **é importante lembrá-lo como prova da sua credibilidade** -, têm sido intensamente revistas pelo Eurostat que reforçou o seu acompanhamento das Contas publicas portuguesas **depois do incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento**.

É importante ainda salientar, como forma de atestar o controlo político da execução do orçamento, que tem vindo a ser feito, o trabalho **que na Assembleia da Republica** é realizado pela Comissão de Execução Orçamental, **uma comissão nova**, criada para suprir deficiências neste tipo de controlo, que tem acompanhado, praticamente em tempo real a execução orçamental.

Sendo de realçar:  
-Por um lado o trabalho de alguns deputados na apresentação de relatórios periódicos de acompanhamento de matérias específicas, **especialmente**, se me é permitido, no **acompanhamento da Dívida Publica e do Orçamento da Segurança Social**, curiosamente assuntos acompanhados por deputados do Grupo Parlamentar do PSD.

-Por outro lado o extremo empenho e colaboração que o anterior Governo vinha demonstrando na prestação de toda a informação a esta Comissão **destacando-se naturalmente as audiências trimestrais para**

**apresentação da execução orçamental**.

(...)  
É importante, aliás recordar que as contas de 2003 foram já aprovadas pelo Eurostat, e que foi justamente em sequência da não certificação, por este organismo do deficit do Sector Publico Administrativo de 2001 que o **Governo solicitou ao Banco de Portugal que liderasse uma Comissão de Análise das Contas Publicas**.

Recorde-se a este título que a não certificação das contas publicas portuguesas, se deve a dois factores concretos **claramente identificados e explicitados**, a necessidade de cumprir o Regulamento 2516 de Novembro de 2000, e a contabilização como operações sobre activos financeiros de aumentos de capital em diversas empresas publicas que apresentavam prejuizos sistemáticos.

É justamente nesta sequência que se começa a perceber a verdadeira intenção do Partido Socialista com este Projecto de Resolução sobre transparência das contas públicas, que sugere um conjunto de medidas, **na sua maioria já sugeridas pela Comissão de análise das Contas Publicas, criada em 2002**, e que, como é do **conhecimento público**, se encontram já implementadas ou em adiantada fase de implementação.

O PS só pode pretender assim conquistar algum espaço para assentar as suas propostas de criação de novas comissões de fiscalização e análise, desta vez com o caricato objectivo de certificar contas já revistas pelo Eurostat, sem que este organismo tenha

levantado alguma suspeita em relação à sua credibilidade. **O que manifestamente aconteceu relativamente a 2001**.

Mais, é importante ter em conta, que o acompanhamento das contas públicas Portuguesas pelo Eurostat foi **reforçado na sequência do Procedimento relativo ao deficit excessivo**, o Eurostat tem acompanhado com muita atenção as Contas Publicas Portuguesas, **reforçando muito claramente a fiscalização face ao que acontecia 2001**.

É na sequência de toda esta fiscalização, controlo e transparência que o Eurostat, reconhece o deficit de 2003 de 2,8% não levantando qualquer objecção ou suspeita sobre este valor, pelo que não só não se percebe a razão da criação de uma nova comissão, **como se aplaude a transparência das contas**, que apesar de um ciclo económico fraco e nada favorável mantém um deficit inferior a 3%, em 2002 e em 2003 conquistando assim mais tempo para as reformas de fundo. Como aliás é referido e aplaudido num recente relatório da OCDE.

(...)  
A verdadeira conclusão a retirar deste debate é o vazio que o Partido Socialista demonstra sobre as questões orçamentais, **um Projecto de Resolução sem nada de novo, propostas atrasadas, falta de iniciativa construtiva**, que se vai agravando com o falir dos seus argumentos e desculpas, que esbarram cada vez mais com o novo ciclo de crescimento económico sustentado.

# Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na reunião de dia 16, na Presidência do Conselho, aprovou seis (6) diplomas, dos quais uma Proposta de lei, uma Resolução e quatro Decretos-Lei. A proposta de Lei leva à sexta alteração da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro (Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais). Na sequência da reforma da acção executiva irão agora ser criados juízos de execução. Estes tribunais constituem unidades orgânicas previstas na Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais com competência para exercer, no âmbito do processo executivo, as competências previstas no Código de Processo Civil.

Através da aprovação do presente diploma, os novos juízes dos juízos de execução serão equiparados, para efeitos remuneratórios, aos juízes de tribunal de círculo. Tal equiparação justifica-se pelo facto de a competência dos juízos de execução, embora restrita ao conhecimento de acções executivas, não estar sujeita a limites em razão do valor das execuções. O regime remuneratório produz efeitos a partir do dia 15 de Setembro de 2004, data da entrada em funcionamento dos juízos de execução

## Transposição de directivas da UE

Por Decreto-lei é transposta para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/50/CE do Conselho, de 11 de Junho de 2003, que altera a Directiva n.º 91/68/CEE no que diz respeito ao **reforço dos controlos da circulação de ovinos e caprinos**.

O presente diploma estabelece as condições de polícia sanitária que regem o comércio, incluindo as trocas intracomunitárias, de ovinos e caprinos, no que se refere ao reforço dos controlos da circulação daquelas espécies animais.

Dado que os movimentos dos ovinos contribuíram largamente para a propagação da febre aftosa em certas partes da União Europeia, durante o surto de 2001, foi solicitada à Comissão Europeia a apresentação de propostas legislativas adequadas para evitar futuramente tais surtos, bem como para que, caso estes viessem a ocorrer, fosse possível minimizar os seus efeitos económicos adversos, nomeadamente na melhoria da eficácia referente às garantias sanitárias dadas.

É, assim, necessário assegurar que os movimentos de ovinos e caprinos no espaço comunitário se efectuem de modo a garantir as regras sanitárias e, consequentemente, a prevenir surtos epidémicos, nomeadamente de febre aftosa.

Também por Decreto-Lei se estabelece o regime de **comércio de licenças de emissão de gases com efeito estufa** na Comunidade Europeia, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro de 2003.

A alteração do clima da Terra e os seus efeitos negativos são uma preocupação comum de toda a Humanidade. Para dar resposta a esta ameaça global, quase duas centenas de Estados ratificaram a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), assinada em 1992, na Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro.

Em 1997, a comunidade internacional adoptou o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, entretanto, ratificado pela Comunidade Europeia e pelos seus Estados-Membros, que estabelece compromissos quantificados de limitação ou redução das emissões dos seis principais gases com efeito de estufa (GEE), tendo em vista uma redução global, até 2012, a níveis, pelo menos, 5% abaixo dos níveis de 1990.

O regime do comércio de licenças de emissões regulado no presente diploma permite a utilização deste mecanismo de mercado pelas instalações nacionais abrangidas, como contributo para o esforço nacional de diminuição das emissões de gases com efeito de estufa

Um terceiro Decreto-Lei estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de **resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE)**, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/96/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003.

Com a adopção das normas estabelecidas neste diploma são definidos os seguintes objectivos de gestão, até 31 de Dezembro de 2006:



1 - Recolha selectiva: e•4kg/hab de REEE de particulares;

2 - Objectivos de valorização e reutilização/reciclagem para todas as categorias de REEE;

3 - Recolha de objectivo 40 000 toneladas de REEE.

A partir de 13 de Agosto de 2005, só poderão ser colocados no mercado nacional e comercializados os equipamentos eléctricos e electrónicos (EEE) cujos produtores tenham adoptado um sistema integrado ou sistema individual.

## Plano de Pormenor do município de Beja

Por Resolução do Conselho, é ratificado o Plano de Pormenor da ligação do bairro de Pelame à Quinta d'El Rey, no município de Beja.

A necessidade de ratificação deste Plano de Pormenor decorre do facto de o Plano Director Municipal não dispor de indicadores urbanísticos de referência para a área em questão

## Concessão da construção e exploração de um porto de navegação de recreio em Sesimbra

Um Decreto-Lei autoriza o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, através da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. a celebrar, por concurso público, um contrato de concessão da construção e exploração de um porto destinado à navegação de recreio.

O presente Decreto-Lei tem por objecto autorizar a construção e exploração de um porto destinado à navegação de recreio, incluindo as respectivas instalações de apoio e serviços operacionais a ele afectas, situado no município de Setúbal, na margem direita do rio Sado, em local designado por Doca de Recreio das Fontainhas. O diploma estabelece as bases gerais da concessão, a atribuir mediante concurso público, e aprova ainda as bases do respectivo contrato. – **Fonte: Portal do Governo**

## Nova lei do arrendamento

O Conselho de Ministros ouviu, nesta reunião, uma primeira exposição do ministro das Cidades sobre a nova lei do arrendamento, mas remeteu a sua aprovação para a próxima semana.

Na conferência de imprensa no final da reunião, o secretário de Estado da Presidência, Domingos Jerónimo, afirmou que o Conselho de Ministros ouviu uma primeira exposição de José Luís Arnaut sobre os princípios fundamentais da lei do arrendamento, mas não adiantou detalhes sobre o diploma.

“O governo está claramente convencido do sucesso desta reforma”, que tem como “uma das principais vertentes”, permitir a “requalificação e

## Conselho de Ministros

reordenamento do tecido urbano” e a dinamização do mercado de arrendamento.

“A requalificação urbana será um dos factores de sucesso”, sublinhou o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

As linhas gerais da nova legislação, divulgadas nas últimas semanas, apontam para a criação de dois grupos de inquilinos: com mais ou com menos de 65 anos.

O grupo dos inquilinos com mais de 65 deverá ser dividido em dois escalões, em função dos rendimentos dos agregados, mas em caso algum poderá haver denúncia dos contratos e os aumentos ficarão sempre condicionados.

Os inquilinos com menos de 65 anos deverão ser subdivididos em três escalões, também em função dos rendimentos dos agregados.

Nos dois primeiros escalões, as rendas ficarão condicionadas durante um período de três anos.

O último escalão irá abranger os arrendatários com rendimentos superiores a cinco salários mínimos (1.828 euros), que não terão direito a aumentos condicionados, passando imediatamente para o regime de rendas negociadas com o senhorio durante um período mínimo de três anos, até à actualização final da renda.

O ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional já anunciou que, mesmo após a entrada em vigor da nova lei, os senhorios só poderão começar a aplicar os aumentos de renda depois de obterem os certificados de habitabilidade de cada fogo.

### Aprovadas as Grandes Opções do Plano para 2005

As Grandes Opções do Plano (GOP) para 2005 foram aprovadas neste Conselho e vão ser analisadas no Conselho Económico e Social (CES) a 23 e 30 de Setembro. O CES deverá depois dar o seu parecer, não vinculativo mas obrigatório, sobre as opções do Governo para o próximo ano.

Inovação, sociedade de informação, ciência, investigação, ambiente e cultura são as “áreas prioritárias” do Governo para o próximo ano e “revelam a aposta nos factores essenciais para a qualidade de vida”, disse hoje o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Domingos Jerónimo, na conferência de Imprensa.

Domingos Jerónimo referiu ainda a justiça, a educação e a saúde, como outras das áreas onde se irá verificar um forte investimento.

No cenário macroeconómico definido nas GOP, o Governo prevê que a

taxa de desemprego em Portugal caia para uma média de 6,1 por cento e que o emprego total suba 1,5 por cento.

Este valor representa uma diminuição de 0,2 por cento em relação à taxa registada em 2003.

Relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB), o Executivo estima um crescimento de 2,4 por cento (ponto médio do intervalo entre 2,3 e 2,5 por cento).

O Governo refere ainda que a “retoma económica” terá por base o “aumento das exportações” e que o consumo público sofrerá um decréscimo.

Outras das intenções firmes do Governo para o próximo ano serão a “atração do investimento nacional e internacional” e a “redução das assimetrias regionais”, acrescentou Domingos Jerónimo.

“Queremos alcançar o objectivo de fazer de Portugal, nos próximos dez anos, um dos países mais competitivos da Europa”, afirmou o secretário de Estado da presidência do Conselho de Ministros, sublinhando que o país precisa de “metas ambiciosas”.

### Governo aprovou juízos de execução nos tribunais judiciais

O Conselho aprovou a criação dos juízos de execução nos Tribunais Judiciais, que entrarão em funcionamento imediatamente, no âmbito da Reforma da Acção Executiva, relativa à cobrança de dívidas e penhoras.

De acordo com a proposta de lei hoje aprovada em Conselho de Ministros, os juízos de execução terão competências para exercer, no âmbito do processo executivo, “as competências previstas no Código de Processo Civil”.

Os novos juízos de execução constituem “unidades orgânicas” previstas na Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, acrescentou o comunicado do Conselho

Os novos juizes dos juízos serão equiparados, para efeitos remuneratórios, aos juizes de tribunal de círculo.

“Tal equiparação justifica-se pelo facto de a competência dos juízos de execução, embora restrita ao conhecimento de acções executivas, não estar sujeita a limites em razão do valor da execução”, refere o comunicado.





Notícias dos Açores

## Em Ponta Delgada, Victor Cruz reafirma a vontade política de baixar tarifas inter-ilhas

As tarifas aéreas inter-ilhas vão baixar 20% nos Açores, se Victor Cruz for o próximo Presidente do Governo Regional. O compromisso foi mais uma vez assumido pelo próprio candidato da Coligação Açores, numa festa popular promovida pelo PSD que reuniu mais de 10 mil pessoas no sábado à noite em Ponta Delgada.

O líder social-democrata justificou a implementação desta medida, de “grande impacto na economia regional”, porque “os açorianos precisam conhecer melhor a nossa terra” e porque “é preciso apostar no turismo para além da construção de hotéis”. A redução das tarifas dos transportes aéreos entre todas as ilhas encontra-se “devidamente estudada” pela Coligação Açores e deverá ser concretizada já no decorrer do próximo ano.

No arraial popular que marcou a *rentrée* política, no amplo recinto da Calheta Pero de Teive, Victor Cruz manifestou-se “determinado a fazer uma campanha viva, com propostas claras, para mudar de governo e mudar a nossa terra para melhor”. Com uma “grande vontade de combater para ganhar e servir”, o candidato a Presidente do Governo afirmou ter “todas as razões para lutar pela vitória”, até porque dispõe de “dados seguros que demonstram com toda a clareza que a vitória está mesmo ao alcance” da Coligação Açores.

“É preciso que todos cumpram a sua missão até 17 de Outubro para

governo diferente, que não favorece nem discrimina ninguém”, acrescentou.

“Quando ouvimos os açorianos na rua, percebemos que os mais idosos continuam com pensões de miséria, que o rendimento dos agricultores continua a baixar, que não houve um verdadeiro combate à toxicod dependência, que há muita gente que se sente insegura, que muitos açorianos ainda não têm médico de família”, explicou Victor Cruz. “Vamos dizer-lhes que podem contar connosco e que connosco vai ser diferente”, afirmou, porque “o PS atira dinheiro aos problemas sem os resolver e o PSD tem uma cultura de responsabilidade e eficácia”.

No discurso que antecedeu o concerto da banda internacional “Gipsy Kings”, o líder social-democrata dedicou uma “palavra de esperança” aos jovens açorianos, “muitos deles sem emprego e tantos outros, já licenciados, mas sem colocação adequada”. A classe média, que “tanto trabalha e tão esquecida tem sido pela governação socialista”, vai merecer também uma “especial atenção” do futuro governo da Coligação Açores, designadamente, através de uma “forte aposta no sector da habitação”.

“Victor Cruz é um dos melhores políticos portugueses”, afirmou o presidente nacional dos TSD, num encontro sindical em Ponta Delgada



Democratas (TSD), Arménio Santos, abriu sexta-feira à noite, em Ponta Delgada, um encontro de dirigentes e delegados sindicais sobre “Novas Propostas Sócio-Laborais em Convergência com a Mudança”.

Considerando que Victor Cruz é “um verdadeiro estadista”, Arménio Santos apelou a todos os trabalhadores açorianos para que se empenhem na vitória do candidato da Coligação Açores, que “já deu provas de conseguir defender os interesses regionais como ninguém”. A título de exemplo, testemunhou que “a última revisão constitucional, em que ficaram consagradas muitas das legítimas aspirações dos açorianos, ficou a dever-se, em boa parte, ao mérito de Victor Cruz e à sua importante influência junto da direcção nacional do PSD”.

Arménio Santos foi o convidado especial do encontro sócio-laboral promovido pelos TSD/Açores, com as presenças do coordenador regional da estrutura social-democrata, Gaspar da Silva, e do candidato indicado pela organização autónoma na lista da Coligação ao parlamento açoriano, Lalandia Gonçalves.

### Victor Cruz assume criação do Conselho Económico-Social

No encerramento do encontro, o líder do PSD e candidato da Coligação Açores a Presidente do Governo Regional, Victor Cruz, reafirmou o

compromisso de criar na Região um Conselho Económico e Social, se vencer as eleições de 17 de Outubro. “Teremos um órgão capaz de respeitar e valorizar a participação dos parceiros sociais, sem a actual presença dominante de membros do governo”, explicou.

Victor Cruz denunciou, a propósito, que a concertação social “tem sido um dos pontos mais frágeis” do actual governo socialista. Os parceiros sociais “ou são simplesmente ignorados ou são chamados para serem instrumentalizados pela campanha do PS”.

O líder social-democrata justificou a acusação com o exemplo da última reunião deste órgão, em que os seus membros “foram convidados a pronunciarem-se sobre uma suposta iniciativa legislativa de criação de um Fundo de Coesão, que já não pode ser concretizada pelo governo porque o parlamento encerrou os seus trabalhos, sendo agora apenas uma proposta eleitoral do PS para a próxima legislatura”.

O candidato da Coligação Açores denunciou igualmente que “há membros do actual governo que estão agora a garantir o seu lugar na função pública”. “Acho mal porque isso não se deve fazer, mas acho graça porque isso é a prova da dúvida que eles próprios têm sobre o resultado eleitoral”, acrescentou.

Nas palavras que dirigiu aos dirigentes e delegados sindicais

(continua na pág. seguinte)



mudar de governo e mudar os Açores”, afirmou Victor Cruz. “Quero que nesta campanha falemos como os açorianos falam, com as suas desilusões e ambições”, prosseguiu, porque “somos diferentes dos nossos adversários e isso faz toda a diferença”. “Queremos fazer um

“Os açorianos têm a felicidade de ter um candidato a Presidente do Governo Regional que é um dos melhores políticos portugueses”. Foi com estas palavras que o líder nacional dos Trabalhadores Social-

# Líder do PSD assume criação de Conselho Económico-Social e denuncia eleitoralismo do PS

(continuação da pág. anterior)

presentes no encontro promovido pelos TSD, Victor Cruz lamentou que hoje, nos Açores, 30 anos depois do 25 de Abril, “há sindicalistas com medo de falar por causa do Governo Regional”. Por isso, concluiu, “chegou a hora de mudar, também em nome da qualidade da democracia”.

Outro exemplo dado por Victor Cruz para demonstrar a “inércia deste governo” é que o novo Código de Trabalho ainda não está adaptado à Região Autónoma dos Açores, ao contrário do que acontece com a Madeira. Na sua opinião, este atraso “prejudica os empresários, porque não têm regulamentada a possibilidade de acederem a apoios oficiais para formação, e prejudica sobretudo os trabalhadores, porque não têm as suas empresas estimuladas a ministrarem essa mesma formação profissional”.

## PSD denuncia política eleitoralista do governo regional

O líder do PSD/Açores denunciou a “política eleitoralista” da actual governação do PS. Num encontro anterior à noite do concerto, com apoiantes da sua candidatura a Presidente do Governo Regional, realizado na costa norte do concelho de Ponta Delgada, Victor Cruz criticou os governantes socialistas por “ainda estarem a lançar primeiras pedras quando já deviam estar a colocar as últimas telhas no final de oito anos e a um mês das eleições”.

“O governo apressa-se agora a prometer, a projectar e a planear, como quem pede desculpa aos



açorianos pelo que devia ter feito e não fez nas duas oportunidades que teve”, afirmou Victor Cruz para estabelecer a diferença entre a Coligação Açores, “que se compromete com o que sabe que pode cumprir”, e o Partido Socialista, “que promete para o futuro o que já prometeu e não cumpriu no passado”. Na sua opinião, “é preciso voltar à política da verdade e deixar a política da fachada, com mais placas do que obras”.

No encontro com a população realizado na freguesia de Santo

António, o candidato da Coligação Açores lamentou que o Governo Regional “continue de costas voltadas para os autarcas locais e os governantes nacionais, prejudicando assim o interesse dos açorianos, quando a cooperação é que multiplica a capacidade de realizar”. Estando no concelho de Ponta Delgada, Victor Cruz questionou se “quem serve melhor a nossa terra é quem se entende com todos os outros responsáveis, desde Berta Cabral a Santana Lopes, ou quem não faz nem deixa fazer por mera divergência partidária”.

O exemplo do livre acesso aos canais nacionais de televisão foi apresentado por Victor Cruz para demonstrar a falta de vontade política do governo açoriano. “A Região Autónoma da Madeira já garantiu o acesso dos madeirenses às emissões da SIC, TVI e RTP2, mas nos Açores ainda nada está resolvido porque o Governo Regional não consegue cooperar com o Governo da República”, explicou. Aliás, recordou, “foi Carlos César quem disse nas últimas eleições locais e nacionais, que era melhor para os Açores ter um Governo Regional da mesma cor política das Câmaras Municipais e do Governo da República”.

O líder social-democrata aproveitou ainda o seu encontro com a população da freguesia de Santo

António, realizado no clube desportivo local, para reafirmar que a Coligação Açores, “é uma solução natural de alternância democrática e de estabilidade política”. Dos actuais 25 estados-membros da União Europeia quase duas dezenas têm governos de coligação, afirmou Victor Cruz, recordando que Sá Carneiro e Santana Lopes não teriam assumido a governação, se não houvesse uma coligação.

Berta Cabral, presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, interveio também neste encontro para denunciar a “má gestão dos dinheiros públicos que tem sido praticada pelos governos socialistas”. Para a vice-presidente do PSD/Açores, “o PS já teve a sua oportunidade e não a soube aproveitar, porque gastou mais de mil milhões de contos em apenas oito anos e deixa agora uma dívida maior do que a que encontrou”.

A dirigente social-democrata concluiu que “chegou mesmo a hora de mudar” e assegurou que “um governo presidido por Victor Cruz é a solução que serve melhor os interesses açorianos”. A sessão popular da freguesia de Santo António foi organizada pela Comissão Política Concelhia de Ponta Delgada do PSD, presidida por Alberto Leça.





## Actividade do Governo

### Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho: Nova estrutura dirigente para o ICEP/IAPMEI

**Do Gabinete do Ministro das Actividades Económicas e do Trabalho, recebemos um comunicado a respeito das estruturas dirigentes do ICEP/IAPMEI, que reproduzimos:** Ao iniciar funções em Julho passado, o Governo foi informado pelo presidente do ICEP/IAPMEI, dr. Pedro Líbano Monteiro, que, por razões de ordem pessoal, tinha já apresentado o seu pedido de demissão ao anterior Primeiro-Ministro, Dr. José Manuel Durão Barroso.

Na mesma ocasião, o dr. Pedro Líbano Monteiro informou o Governo da sua disponibilidade para assegurar a Presidência do ICEP/IAPMEI, enquanto a nova equipa do Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho encontrava uma nova estrutura dirigente para os dois organismos, gesto esse que foi

muito apreciado.

Recorde-se que o Governo, no seu programa, definiu, como prioridades na área económica, a consolidação e reforço do tecido empresarial, o aumento da competitividade da economia e o estímulo do investimento estrangeiro em Portugal, a par da internacionalização das empresas nacionais.

A concretização destes objectivos passa por uma reestruturação do Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho e dos organismos por ele tutelados, reestruturação essa iniciada pelo Governo anterior, e que implicou já a mudança da sede do IAPMEI para o Porto, justificada pela necessidade de aproximar este instituto público dos destinatários da sua actividade, ou seja as micro, pequenas e médias empresas.

Assim, e tendo em conta o objectivo de concretizar, de acordo com as linhas orientadoras definidas pelo Governo, uma política coerente de dinamização da economia portuguesa, o Ministro das Actividades Económicas e do Trabalho convidou para Presidente do ICEP/IAPMEI, o Dr. Manuel Carlos, até agora Director Geral da APICCAPS (Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos) e responsável pelo Programa Dinamo, a quem será pedido que apresente o mais rapidamente possível uma proposta de composição do novo Conselho de Administração do ICEP/IAPMEI.

Ao anunciar esta decisão, o Ministro das Actividades Económicas e do Trabalho agradece ao dr. Líbano Monteiro o trabalho



realizado e a disponibilidade para se manter em funções até à nomeação pelo Governo de uma nova estrutura dirigente para os dois organismos a que presidiu, tão eficazmente, durante os últimos dois anos.

- Gab. Min. Econ.



### Ministério das Cidades Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional: actualização da Lei das Finanças Locais

No passado dia 18, ao intervir na cerimónia de assinatura da escritura pública de constituição da Grande Área Metropolitana (GAM) de Viseu, o ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, José Luís Arnaut anunciou que vai ser criada uma equipa de trabalho, constituída por professores universitários, para actualizar a Lei das Finanças Locais de forma a adequá-la à nova realidade autárquica portuguesa.

Disse também que o assunto será levado no próximo mês a Conselho de Ministros, cabendo depois à equipa apresentar a proposta no prazo de um ano.

No final, José Luís Arnaut

reiterou aos jornalistas que “é um objectivo claro do Governo apostar na descentralização”, frisando que, no entanto, não basta criar as GAM e as comunidades intermunicipais, “importa dar-lhes os meios necessários”.

Por isso, “é determinação do Governo ter uma reflexão sobre a Lei das Finanças Locais”, que - acrescentou - “necessita de um reajustamento a estas novas realidades autárquicas e até às novas realidades que surgiram das reformas ao nível da administração central”.

“É um trabalho profundo, estruturante, que queremos fazer com quem mais souber sobre estas matérias, ao nível das universidades

portuguesas, de modo a deixarmos um trabalho que venha a perdurar por dezenas de anos”, afirmou.

Segundo o governante, há um conjunto de medidas que o Governo quer adoptar, e por isso, em Novembro vai reunir com as comissões instaladoras das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais para encontrarem juntos “o denominador comum das competências que podem vir a ser devolvidas”.

“É importante continuar esta aproximação e reforma de descentralização e devolver às autarquias locais aquilo que elas estão mais habilitadas a fazer”, sublinhou.

- Lusa

### MNE em Bruxelas, com “reservas” sobre a condução holandesa do debate sobre o Orçamento da UE

No passado dia 13, Portugal levantou, em Bruxelas, reservas quanto à forma sobre como a presidência holandesa pretende conduzir nos próximos meses o debate “explosivo” sobre o orçamento da União Europeia para o período 2007-2013.

A estratégia da presidência foi “aprovada mas com reservas”, resumiu o chefe da diplomacia portuguesa num intervalo da reunião dos ministros dos Negócios

Estrangeiros dos 25.

Lisboa, juntamente com outras delegações de Estados-membros que mais beneficiam dos dinheiros comunitários, defendeu veementemente que as discussões das chamadas Perspectivas Financeiras 2007-2013 fossem feitas não só ao nível técnico mas também político.

“Não queremos cortar isto em fatias e só discutir questões financeiras”, disse António

Monteiro, acrescentando ser necessário também falar, por exemplo, nas “ambições” da União Europeia.

A Holanda pretende uma discussão por grandes rubricas orçamentais em que o valor acrescentado de cada despesa tem de ser verificado.

Apesar das reservas, o ministro estava satisfeito pelo facto de as negociações terem como base a proposta inicial da Comissão



## Actividade do Governo

Europeia que é apoiada por Lisboa.

Os 25 apoiaram o calendário de negociações proposto pela Holanda no sentido de as negociações terminarem em Junho de 2005, a tempo de o novo quadro financeiro da UE vigorar a partir de 2007.

Este é um calendário visto como muito optimista quando se sabe à partida que as discussões serão muito difíceis.

Os 25 estão divididos entre os que mais contribuem para os cofres de Bruxelas e querem pagar menos (Alemanha, Reino Unido, Holanda, França, Suécia e Áustria) e os que mais recebem, entre os quais está Portugal.

A Comissão Europeia já fez uma série de propostas no sentido do aumento do orçamento comunitário para 1,24 por cento do RNB

(Rendimento Nacional Bruto) mas o grupo dos seis que mais pagam pretende o congelamento dos dinheiros ao nível actual, 1,0 por cento do RNB.

António Monteiro referiu uma questão que poderá mesmo dividir os menos desenvolvidos como Portugal, Espanha e Grécia e os 10 que aderiram em 01 de Maio passado.

Com o alargamento, há regiões

portuguesas que ficam relativamente mais ricas, tomando como referência a nova média da UE a 25.

O facto de “estatisticamente” certas regiões passarem a ser consideradas “ricas” e deixarem de beneficiar dos fundos estruturais tem de ser bem explicado porque não corresponde à realidade, defendeu o ministro português.

### Comissão para a integração dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal

O ministro dos Negócios Estrangeiros, com o seu homólogo de Cabo Verde, anunciou que vai ser criada uma comissão mista para avaliar e propor soluções para os problemas de integração dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal.

“Vamos criar uma comissão de Cabo Verde e de Portugal para aprofundar a análise da problemática da integração dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal e para construir soluções que deverão ser adoptadas pelos dois países”, declarou à imprensa o ministro cabo-verdiano, Vítor Borges, depois do encontro de quase duas horas que manteve hoje com o seu homólogo

português, António Monteiro.

A decisão, segundo explicou, decorre da convicção partilhada por ambos os países de que “para construir soluções é incontornável discutir abertamente os problemas”.

Vítor Borges sublinhou, no entanto, que o governo de Cabo Verde entende ser igualmente importante a “responsabilização dos próprios imigrantes” pela sua “integração pessoal, social e económica” na sociedade que os acolhe.

“Passo sempre esta mensagem aos cabo-verdianos”, disse Vítor Borges, lamentando contudo que nesta sua passagem por Lisboa não possa reunir-se com os dirigentes das associações de imigrantes por falta de

tempo.

António Monteiro, por seu lado, fez questão de “manifestar o apreço do governo português pela comunidade cabo-verdiana”, pela forma como contribui para o desenvolvimento do país, e expressar a vontade do executivo português de tudo fazer para facilitar a sua plena integração.

Foram ainda abordados os problemas da comunidade cabo-verdiana em São Tomé e Príncipe, que representa cerca de metade da população da ilha do Príncipe e se enquadra nos estratos mais pobres daquela ex-colónia portuguesa.

A diplomacia cabo-verdiana vem solicitando a inclusão de Portugal na

procura de uma solução para os problemas daquela comunidade e neste âmbito, António Monteiro congratulou-se por partilhar com o seu homólogo cabo-verdiano “uma maneira diferente de ver a cooperação” que passa por estabelecer objectivos e concretizá-los um a um, o que permite, na sua opinião, “evitar o desperdício de recursos”.

O ministro português informou, a propósito, que o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Henrique Freitas, deverá visitar Cabo Verde até ao final deste ano e que ele próprio tenciona fazê-lo nos primeiros meses de 2005.

- MNE

### Ministro da Justiça avança Janeiro de 2005, como data da assinatura do “Pacto de Regime”

O ministro da Justiça, José Pedro Aguiar-Branco, estabeleceu no dia 15, o final de Janeiro de 2005, como a data possível para a assinatura do pacto de regime na justiça, entre o governo e os partidos com assento parlamentar.

“O governo considera que a assinatura de um pacto de regime para a justiça, composto por um conjunto de princípios e critérios, susceptíveis de execução política, legislativa e administrativa nas sedes próprias, poderá ser finalizada até Janeiro de 2005”, disse Aguiar-Branco.

A revisão do modelo processual penal e de algum direito penal, a formação e o ordenamento profissional, a política criminal e a organização e governo da justiça são, segundo o ministro da Justiça, as matérias consideradas prioritárias pelo governo para integrar o pacto de regime.

O ministro, que falava na cerimónia de abertura do novo curso de formação e magistrados do Centro de Estudos Judiciários, proferiu, na altura, um importante discurso, no qual revelou ainda que o governo entendeu aguardar pela conclusão do processo de escolha do novo secretário-geral do PS, para avançar

com a ronda de negociações com todos os partidos com assento parlamentar para a celebração do pacto de regime.

Para auxiliar o governo no processo de “lançamento de temas, de agendamento, de calendarização, de negociação e de posterior formulação de propostas legislativas ou administrativas”, será criado um “grupo de missão”, acrescentou Aguiar-Branco.

Segundo o ministro, o “grupo de missão” será composto por um reduzido número de especialistas de “indiscutível prestígio profissional e pessoal na área da justiça”.

Além da ronda de negociações com os partidos, o governo irá ainda promover uma “ronda de audições de todos os operadores judiciais”.

“Para lá disso, o governo, através do Primeiro-Ministro, fará questão de informar pontualmente o senhor Presidente da República sobre o andamento das negociações”, indicou o Ministro, que sublinhou ainda que o governo parte para as negociações com “inteira disponibilidade e lealdade” e que “são bem vindos, todos os contributos de qualquer quadrante político, profissional, sócio-profissional ou cívico”.

Contudo, alertou José Aguiar-Branco, “esta predisposição e abertura negocial em nada bloqueará ou impedirá a política do governo”.

“O que não for possível fazer-se através do pacto, far-se-á sem ele ou para lá dele”, sublinhou.

Quanto às matérias preparadas pelo anterior governo e que já foram objecto de um consenso, o ministro da Justiça adiantou que seguirão para “processo legislativo imediato”.

Entre estas matérias está legislação sobre o estabelecimento de protecção adequada dos menores nos crimes sexuais, área “onde se detectam algumas lacunas”, a especificação do direito do arguido de ser informado dos factos que lhe são imputados antes de prestar informação perante qualquer entidade, no decurso do inquérito.

A extensão do âmbito de aplicação das penas de substituição e o alargamento da utilização dos meios técnicos de vigilância electrónica, nos casos de prisão domiciliária, serão outras das matérias alvo de legislação imediata.

A crise na Justiça foi também abordada pelo ministro da Justiça que admitiu a necessidade de se restabelecer a credibilidade do sector.



No discurso a que aludimos, Aguiar-Branco começou e acabou, dirigindo-se aos auditores do Curso, dizendo-lhes: «Para lá dos votos de êxito profissional e de satisfação vocacional que a todos e a cada um pessoalmente formulo, quero hoje sublinhar justamente o carácter público da profissão por que optaram e para a qual, cuidadosamente, foram escolhidos.

## Actividade do Governo

### O exercício de poderes em nome do Povo, implica deveres, exigências e sacrifícios

«Trata-se do exercício titulado de poderes soberanos – no caso dos futuros magistrados judiciais – ou da colaboração directa no exercício de tais poderes – no caso dos futuros magistrados do Ministério Público.

«O serviço público – o exercício de poderes em nome da República ou, para usar a fórmula constitucional, tantas vezes esquecida, em nome do Povo – implica deveres, exigências e até sacrifícios de que todos devem estar (e estarão decerto) conscientes.

«O serviço público – especialmente quando representa, como é o caso vertente, o desenvolvimento de uma função constitucional no sentido mais puro e mais original do termo – não substancia uma simples formulação abstracta, um mero desígnio genérico ou até uma «moderna tirada de marketing», ainda que de belo efeito.

«Na verdade, a ideia de serviço público enuncia e contém em si o princípio e o fim do múnus profissional a que agora se propõem: o serviço ao cidadão e à sua dignidade como pessoa.

«Em suma e poupando palavras, no mais pequeno e formal dos actos processuais e na mais relevante e substantiva das decisões, só um critério poderá ser tomado como fundamento de todos os outros: a dignidade da pessoa humana – a igual

e irredutível dignidade de todos os cidadãos.

«Os desafios que o exercício da função jurisdicional hoje enfrenta são grandes e complexos – porventura, maiores e mais complexos que os do passado.

«Exigem mulheres e homens com vocação, competência e vontade de servir, reclamam uma preparação ampla e multidisciplinar, supõem uma aguda consciência do múnus público em que serão investidos e apelam ao conteúdo deontológico dos seus procedimentos.

«Mas – e na afirmação da matriz humanista da nossa Constituição e da política de justiça que o Governo pretende levar a cabo –, nada disso valerá, se, em algum momento, se perder de vista que é o Homem – a pessoa, o Ser Humano – o princípio e o fundamento do poder público, de todo e qualquer poder público.»

Em seguida, abordou aspectos mais gerais, dos problemas da Justiça em Portugal, recordando que «...À cabeça, vinha a morosidade e a lentidão processual, depois, a endémica carência de recursos humanos, e finalmente, a escassez de meios financeiros. Tudo relevava ainda, afinal e contas feitas, do funcionamento do sistema judicial, da racionalidade da sua gestão, da maior ou menor eficiência da sua organização.»

Depois de afirmar que estes problemas se mantêm, afirmou que, para além deles, há «... uma crise que – dizem – não é apenas de meios, mas também de fins – uma crise resultante de uma inadequação das instituições da justiça aos problemas que a sociedade do séc. XXI tem de enfrentar.

«E a verdade é que acontecimentos recentes, designadamente, a intensa exposição mediática de certos processos judiciais fizeram transitar, de um momento para outro, o debate – que ocupava largamente a comunidade dos juristas de todas as profissões, dos sociólogos e politólogos – para a opinião pública e para a comunidade dos cidadãos.

Essa crise, segundo Aguiar-Branco, «tocou e afectou o bem mais precioso de qualquer edifício judicial: a credibilidade e a legitimidade. Não há sistema judicial que resista ou possa resistir à erosão da sua credibilidade. Por isso, configura um dever indeclinável da nossa geração – um dever ético, cívico, político, diria mesmo, constitucional – criar as condições para assegurar a plena e cabal afirmação do poder judicial como garante do Estado de Direito, ou melhor, do Estado de Direito Democrático.»

A acção política ante a situação, passará brevemente pela negociação do pacto de regime sobre a Justiça que

«... será celebrado entre o Governo e os partidos políticos com representação parlamentar, dando, justamente, expressão à primazia, acima enunciada, da responsabilidade política democrática.

«Para tanto, o Governo organizará uma ronda de negociações com todos os partidos com representação parlamentar /.../ e uma ronda de audições de todos os operadores judiciários.»

Em seguida o Ministro elaborou o índice das questões mais prementes a discutir e que são: «... a organização e governo da justiça (ainda que com incidência constitucional); a formação e ordenamento profissional; a matéria da política criminal, designadamente a revisão do modelo processual penal e de algum direito penal.»

Tocou, depois, no eventual calendário e, lembrando a importância da carreira que naquele instituto agora iniciam os auditores, futuros magistrados e terminou com uma citação de Ruy Belo, do poema «O Portugal futuro»:

«Gostaria de ouvir as horas do relógio da matriz

Mas isso era o passado e podia ser duro

Edificar sobre ele o Portugal futuro»

- **Gab. Minist. Justiça**

### Ministério da Ciência e Ensino Superior, sobre o emprego científico e qualificado

Um comunicado do Ministério da Ciência e Ensino Superior dá conta que «...O desemprego entre profissionais qualificados é uma das grandes preocupações do actual Governo. Foi com esse objectivo que o Ministério da Ciência e Ensino Superior desenvolveu um Plano de Acção para o Emprego Científico e Qualificado. A apresentação pública deste Plano será feita em Outubro. Mas a necessidade de ajustar uma das medidas desse Plano ao calendário escolar das instituições de ensino superior, conduz ao anúncio, desde já de parte desse Plano:

«O Plano pretende reverter os desempregados titulares de curso superior em áreas com menor empregabilidade, para áreas orientadas para as actuais necessidades do mercado.

«O Plano abrange sete áreas:

Informática, Turismo (Social, Cultural e Ecológico), Artes, Apoio Social à 3ª Idade, Engenharias, Serviços em Áreas Internacionais e Meteorologia.

«É nestes cursos e instituições que os interessados se poderão inscrever, de 20 de Setembro a 27 de Setembro. A 11 de Outubro, publicar-se-ão as listas de admissão aos cursos. Finalmente de 11 a 18 de Outubro decorrerá o prazo para a respectiva matrícula (e também para reclamações, se a elas houver lugar).

«Os cursos, que serão ministrados por 14 universidades públicas e dispõem de 864 vagas, iniciar-se-ão com o calendário escolar de cada uma das instituições de Ensino Superior. O ensino superior particular cooperativo e o ensino concordatário disporão também de vagas, que serão anunciadas no

dia 21 de Setembro.

«Os interessados em frequentar estes cursos terão de respeitar quatro requisitos:

- ser titulares de um curso superior, concluído até 20 de Setembro de 2003

- apresentar um comprovativo da titularidade de curso superior

- apresentar um comprovativo da inscrição no Centro de Emprego, como candidato a uma oferta de emprego (este comprovativo poderá ser apresentado no acto da matrícula)

- entregar o seu curriculum vitae

Refira-se também que o aluno se poderá candidatar a uma bolsa de formação, até ao montante do salário mínimo nacional, acrescida do valor da propina fixada pela instituição.

- **MECES**



Jornadas Parlamentares do PSD

# O líder da bancada social-democrata encerrou a reunião dos Açores com uma análise programática

O encerramento das Jornadas Parlamentares do PSD nos Açores, teve a presença do Presidente do Partido e Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes, bem como do Presidente da Assembleia da República e também deputado do PSD, Mota Amaral.

Foi um acto de grande importância para sessão legislativa que já começou e de que demos notícia na edição anterior. Relativamente ao encerramento, merece destaque a importante intervenção de carácter político e doutrinário, produzida pelo líder da bancada parlamentar do PSD, Guilherme Silva, que vamos reproduzir. Guilherme Silva, após saudar os presentes, disse:

É a primeira vez que se realizam nos Açores umas Jornadas Parlamentares do PSD.

Esta decisão tem um duplo significado: o significado da aposta que fazemos na autonomia regional, como factor de solidariedade e de reforço da unidade nacional; o significado da confiança que temos no PSD/Açores e a crença muito forte e inabalável de que Victor Cruz – o nosso líder regional – será, para bem dos Açorianos, o próximo Presidente do Governo Regional.

Ganhar as próximas eleições regionais – na Madeira e nos Açores – não é, nem um capricho político nem uma obsessão eleitoral. É sobretudo uma necessidade imperiosa para os Madeirenses e para os Açorianos.

Na Madeira é a necessidade de prosseguir uma obra notável e um trabalho com resultados que ninguém ousa questionar. Com a revolução tranquila que fez em toda a Região Autónoma, e o superior sentido de entrega à causa pública, Alberto João Jardim e o PSD merecem uma renovada e reforçada confiança. Porque a verdade é só uma: a Madeira é um caso singular de investimento na mudança, na



modernidade e no desenvolvimento; Alberto João Jardim é um caso invulgar de qualidade política – conta por vitórias, em 30 anos de democracia, todas as batalhas eleitorais em que se envolveu e elevou a Madeira a um patamar de prestígio, em Portugal e na Europa, nunca alguma vez pensado ou imaginado.

Nos Açores a vitória da coligação liderada pelo PSD é outra imperiosa necessidade.

Por uma razão simples mas significativa. Porque os Açores precisam de um líder. Um líder forte, prestigiado, com capacidade reivindicativa e com visão estratégica.

Durante anos os Açores tiveram, com Mota Amaral, uma liderança a sério, forte e prestigiada. Com isso, os Açorianos ganharam. Nos últimos 8 anos os Açorianos tiveram, com Carlos César, um político limitado e de vistas curtas. Por essa razão, os Açores ficaram a marcar passo. Nos próximos 4 anos, os Açorianos – todos os Açorianos – terão em Victor Cruz, não apenas juventude e maturidade, não apenas competência e generosidade. Mais do que isso, com Victor Cruz à frente do Governo Regional, os Açorianos terão liderança, prestígio, capacidade reivindicativa, condições para afirmar os Açores no plano nacional, europeu e internacional.

Basta ver a forma elevada e empenhada como tem liderado a Oposição regional, colocando sempre os Açores acima e à frente das questões partidárias.

Victor Cruz não é uma esperança. É uma certeza.

Victor Cruz não separa nem divide. Pelo contrário, une e mobiliza.

Victor Cruz não é mais um político. É sobretudo um líder e um líder a sério, com provas dadas nos cargos políticos que vem desempenhando.

A vitória de Victor Cruz não é uma obsessão do PSD ou da coligação. A vitória de Victor Cruz será a vitória dos Açores e dos Açorianos. A vitória da mudança que tarda, da modernidade que se impõe, do desenvolvimento que os Açores exigem, de mais bem-estar, justiça e qualidade de vida para todos os Açorianos.

Entre suceder e substituir há uma diferença abissal. No caso concreto, o importante não é suceder a Carlos César. Importante mesmo é substituí-lo.

Porque os Açores precisam de alma nova, sangue novo, energia renovada. É assim que se prepara o futuro. É assim que se defende os Açores. É isso que os Açorianos merecem.

Os Açores não podem estar de fora do projecto nacional de mudança, de modernização e de maior justiça social que o PSD e a maioria têm para o País.

Os açorianos não podem ver mais adiada essa oportunidade de participação, por inteiro, num processo de mudança e renovação que também é seu, a que querem dar o seu contributo e de que legitimamente devem beneficiar.

É tempo de assegurar aos Açores um governo que não prejudique os açorianos, por razões de mera conveniência político-partidária, um governo que não pactue nem aceite que os Açores sejam instrumentalizados ao serviço de uma Oposição ao Governo da República a qual, no Continente, se revela incapaz de ser alternativa

Jornadas Parlamentares do PSD

# A importante revisão constitucional no aprofundamento da autonomia regional é património do nosso Partido

minimamente credível.

Victor Cruz é o homem novo de que os açorianos precisam para concretizar, “uma nova ideia para os Açores”, que ele tem tão solidificada e tão fundamentada e constitui o projecto que liberta esta Região Autónoma das amarras socialistas ultrapassadas do século XX e a coloca à altura dos desafios do século XXI.

Há 30 anos, com a aprovação do 1º texto constitucional, o PSD foi o grande paladino da autonomia regional. Esta é uma verdade inquestionável, que está patente nas actas da Assembleia Constituinte.

Ao longo de três décadas foi sempre pela mão do PSD – seja nos governos centrais, seja nos governos regionais – que a autonomia regional conheceu maior avanço e desenvolvimento. Esta é uma realidade inofismável.

Trinta anos depois – este ano, em 2004 – foi, uma vez mais o PSD, o grande obreiro do forte aprofundamento da autonomia regional que se concretizou através da última revisão constitucional.

É usual dizer-se que esta última revisão da Constituição foi uma revisão pequena, curta e minimalista. No que toca à autonomia regional eu diria que foi a maior revisão constitucional de sempre. Uma revisão ousada, profunda e ambiciosa.

Durante meses vimos o PS hesitante, titubeante e sem vontade. O PSD, ao contrário, sempre determinado, exigente e com ambição.

Durante meses – de forma surpreendente e inexplicável – não ouvimos Carlos César reivindicar nada e muito menos pressionar o seu próprio Partido. Ao contrário, Victor Cruz e Alberto João Jardim estiveram sempre activos e publicamente empenhados no aprofundamento constitucional da autonomia regional.

A conclusão só pode ser uma: se temos uma boa, profunda e importante revisão da Constituição no que respeita ao aprofundamento da autonomia regional, tal não se deve à passividade e à inércia do Partido Socialista. Essa vitória autonómica é, sobretudo, património do PSD, desejo e vontade do então Primeiro-Ministro Durão Barroso e do actual Primeiro-Ministro Santana Lopes, que coordenou o processo de revisão no âmbito interno do Partido como seu 1º Vice-Presidente, e foi também consequência do empenhamento, da força e da capacidade de reivindicação de Victor Cruz e de Alberto João Jardim.

Victor Cruz não hesitou, nesse período, em assumir o seu mandato de Deputado à Assembleia da República, batendo-se ali, com sucesso, pelas melhores soluções para as Regiões Autónomas, vencendo, com muito custo, as tradicionais resistências socialistas ao aprofundamento da autonomia regional.

E se mais longe não se foi, tal ficou-se a dever à recusa de algumas das nossas propostas, por parte do PS nacional, perante quem o PS Açores servilmente abdicou.

Também por essa razão – uma razão nacional e não partidária – o PSD/Madeira e o PSD/Açores merecem, nas urnas, o voto maioritário dos cidadãos Madeirenses e Açorianos.

Decorre neste momento a campanha eleitoral para a escolha da nova liderança do Partido Socialista. É um facto político que não pode ser iludido nem passar despercebido.

Naturalmente que quanto às questões internas do PS nada temos a dizer. Respeitamos e não nos pronunciamos sobre a vida interna de cada Partido. Mas no que o debate político dentro do PS tem de incidência na vida política nacional é obrigatória uma palavra clara, simples e directa.

E a verdade, nua e crua, é óbvia: o que se passa actualmente no PS é um espectáculo lastimável. Acusações pessoais entre três candidatos, muitas; insinuações de défice democrático, de fraude eleitoral e de clientelismo, bastantes; propostas de soluções para os problemas do País, nenhuma.

A sensação que os Portugueses têm é que o PS busca uma solução para os seus problemas internos, mas não tem, nem soluções, nem ideias, nem propostas concretas para os problemas de Portugal e dos Portugueses.

Entre a chamada esquerda nostálgica, romântica e passadista e a simulada



esquerda moderna há um traço comum – falam do PS e para dentro do PS, não falam nem de Portugal e muito menos de soluções concretas para os problemas dos Portugueses.

Alguém há-de vencer aquela eleição. Esse é um problema dos militantes do PS. Mas dessa eleição, como se tem visto, não resultará qualquer parcela de vitória para Portugal e para o futuro do nosso País.

No final deste mês o PS terá um novo secretário-geral. Mas o País não terá, nem de longe nem de perto, um líder alternativo para a governação de Portugal.

É pena que seja assim. A democracia faz-se do confronto de ideias, de propostas e de alternativas. No caso concreto o País não é destinatário de ideia

nenhuma. Limita-se a ser espectador de um debate que nada lhe diz, que nada de novo lhe trás, que nada de diferente e alternativo lhe oferece.

A Democracia constrói-se com uma Oposição forte e credível, que é exactamente o que não temos.

Daqui a um mês veremos a nova liderança do PS muito radical no verbo e muito pobre no conteúdo; muito agressiva no discurso e muito frouxa na substancia; muito confrontacional na forma e completamente ausente nas propostas e soluções.

O radicalismo do discurso servirá, apenas, para tentar disfarçar a pobreza de ideias.

É esta a triste sina de quem tinha a obrigação de se afirmar como oposição exigente, construtiva e alternativa. Ao invés, o que contamos é com mais do mesmo. Mudam os protagonistas, mas mantém-se a ausência. A ausência de projecto, a ausência de visão estratégica, a ausência de alternativa.

É tudo isto, caros colegas, que reforça a nossa responsabilidade. A responsabilidade da governabilidade, da solidariedade e da estabilidade.

Nós falamos e actuamos a pensar, apenas e só, em Portugal e nos Portugueses. Aprendemos isso muito cedo, com Sá Carneiro; e continuámo-lo com Cavaco Silva, Durão Barroso e Santana Lopes.

Estas Jornadas ocorrem num momento singular da vida do nosso País. Acabou um ciclo. Começou outro. Mas entre um e outro há um mesmo denominador comum – a mesma política de exigência e de rigor, a mesma preocupação com a retoma e o crescimento, o mesmo propósito reformista, modernizador e de aposta na justiça social. Um mesmo Programa para concluir e executar.

Temos hoje fundadas razões para estar confiantes. A consolidação orçamental está em curso; os sinais de retoma e de recuperação são, trimestre a trimestre, cada vez mais visíveis; o sentimento de investidores e de consumidores tem vindo a tornar-se claramente mais positivo; a nossa credibilidade na Europa foi reforçada; Portugal é hoje um País que já não olha para trás; pelo contrário, olha em frente e olha com confiança e esperança o seu futuro.

Acabou o tempo da recessão. Começou o tempo da recuperação e do crescimento.

Dissemos a verdade ao País e vamos continuar a dizer a verdade aos Portugueses.

Nenhum Português deve embandeirar em arco. Recuperação e crescimento, não podem nem devem significar laxismo, facilidades ou abrandamento do ritmo reformador.

Nenhum Português deve esperar menos esforço e menos exigência. É que sem esforço não ganhamos a batalha da produtividade e sem exigência não vencemos o desafio da competitividade.

Nenhum Português deve alimentar ilusões. O nosso caminho é o da segurança e da solidez; não é, nem será nunca o caminho da ilusão, do artificialismo, das facilidades ou da expectativa falsa.

Mas todos os Portugueses sabem, agora melhor do que antes, que o caminho já percorrido valeu a pena e que começa agora a dar resultados.

Mas todos os Portugueses sabem, agora melhor do que antes, que já não se

(continua na pág. seguinte)

Jornadas Parlamentares do PSD

# Recuperação e crescimento, não podem significar laxismo e facilidades ou abrandamento do ritmo reformador.

(continuação da pág. anterior)

discute a retoma. Quando muito o que se discute é o ritmo e a dimensão que ela vai ter.

Mas todos os Portugueses sabem, agora melhor do que antes, que o País está a melhorar, a evoluir, a crescer e a desenvolver-se. Esta é uma realidade incontornável.

E sobretudo os Portugueses sabem que, com a nossa governação, o crescimento económico será usado em benefício de todos, particularmente dos mais carenciados, nunca ficará confinado ao privilégio de alguns.

Somos social-democratas, vivemos num País cheio de iniquidades e desigualdades e não renunciamos nunca à nossa vocação humanista, social e solidária.

Os objectivos são, para nós, claros: queremos consolidar o crescimento económico para diminuir as clivagens sociais, para atenuar as desigualdades regionais, para promover mais e melhor justiça social.

E em 2006 cá estamos, de Norte a Sul do País, do Continente às Regiões Autónomas, para o julgamento democrático. O julgamento de quem herdou um País sem rumo e à deriva; o julgamento de quem começou a preparar um futuro de maior crescimento, justiça e solidariedade para todos os Portugueses.

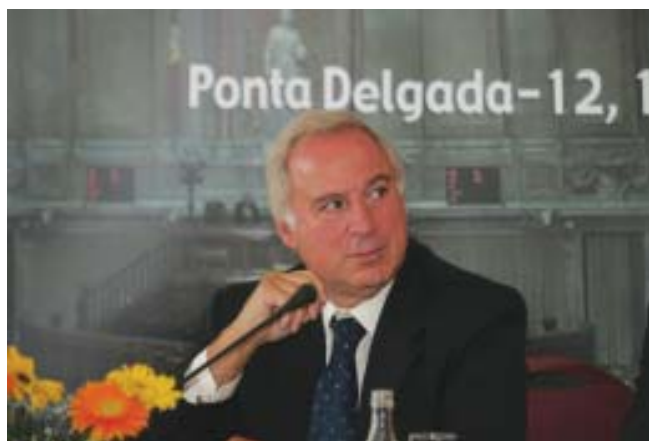
Falei para fora. Do País e para o País. Essa é sempre a nossa prioridade.

Mas desejo terminar com algumas palavras para dentro de nós.

Antes de mais uma palavra de especial saudação ao Presidente da Comissão Europeia Dr. José Manuel Durão Barroso. Quero dizer-lhe daqui que foi uma honra para mim, enquanto Líder do Grupo Parlamentar do PSD e estou certo de que para todos os Deputados que o integram, termos, sob a sua liderança, como Primeiro-Ministro, dado o nosso melhor para, sem hesitações, levar a cabo as reformas de que o País tanto carecia.

Para, apesar de tantas incompreensões e ataques, termos prosseguido, por imperativo nacional, uma política de contenção e de rigor nas finanças públicas, assumindo o ónus das restrições e da consolidação orçamental, consequência dos desmandos e desperdícios dos governos socialistas que nos antecederam.

Para os que proclamavam que o Dr. Durão Barroso não servia para governar Portugal, a história encarregou-se de dar a adequada resposta, através da



nos dirigiu.

Basta olhar para os jornais e estar atento aos telejornais para ver quão sobrecarregada tem estado a sua agenda, interna e externamente, e perceber o esforço que teve de fazer para estar aqui connosco, na abertura dos nossos trabalhos, que partilhámos com os nossos companheiros dos Açores no magnífico jantar/comício de Domingo.

Mas a minha palavra de saudação ao Primeiro-Ministro está necessariamente para além desse seu gesto, que muito nos sensibilizou e honrou.

O Partido Social-Democrata tem sabido sempre, com maior ou menor dificuldade e em cada momento, tomar as melhores opções e decisões para Portugal.

Foi assim com a oportunidade que se deparou ao Dr. José Manuel Durão Barroso de ser Presidente da Comissão Europeia. Era uma oportunidade histórica para Portugal que, sendo consistente como se comprovou, não podia ser desperdiçada.

E mais uma vez o PSD soube agarrar essa oportunidade, ciente de que ia estar à altura de resolver a sua própria liderança e a substituição no cargo de Primeiro-Ministro. E encontramos a solução certa e natural, quer no plano institucional quer no âmbito partidário.

Essa solução era, como foi, a do primeiro Vice-Presidente do Partido, Dr. Pedro Santana Lopes, assumir a liderança do Partido e vir a ser indigitado, como foi, para Primeiro-Ministro.

Como é próprio do nosso Partido houve opiniões diferentes sobre a solução ou sobre o processo. Ainda bem que essas diferenças se fizeram ouvir. Também, como é característico do PSD, uma vez ultrapassada a discussão, estamos unidos e solidários na solução.

Mas é preciso reconhecer no contexto, condições e inesperado da situação, uma grande coragem ao Dr. Pedro Santana Lopes, para assumir a liderança do Partido e o cargo de Primeiro-Ministro.

Sabíamos já, pela sua brilhante carreira política, que Santana Lopes é um homem de grandes desafios e que os enfrenta de forma determinada e sem medo.

Como sabemos que os vence e desempenha com sucesso as funções em que é investido.

E foi essa razão, e não outra, que levou os nossos adversários a um ataque desenfreado, e sem precedentes, ao Primeiro-Ministro e aos Membros do Governo indigitados, ainda antes da sua posse.

E não tenhamos ilusões, esses ataques vão continuar, com as mais vis deturpações e falsidades em que os nossos adversários se especializaram e sem o que já não sabem sobreviver politicamente.

Quero daqui dizer ao Primeiro-Ministro, que sabemos bem que, como já demonstrou, não se deixará intimidar e que nós também não nos deixaremos perturbar com essa forma baixa de fazer política, dentro ou fora do Parlamento, por parte dos Partidos da Oposição.

Podem, pois, o Senhor Primeiro-Ministro e o Governo, contar com a solidariedade, o apoio e a unidade do Grupo Parlamentar e a sua fidelidade ao acordo político com incidência parlamentar, que temos com o nosso parceiro de



unanimidade de vinte e quatro Chefes de Estado e de Governo, legitimados pelo voto dos seus concidadãos, que o escolheram para governar a Europa.

Queremos daqui dizer-lhe do orgulho que temos em vermos um dos nossos melhores, a honrar Portugal no desempenho de um dos mais importantes cargos internacionais, em que, estamos certos, terá o maior sucesso.

E lamentamos o sectarismo dos que, cegamente, numa visão puramente partidária, espezinham o interesse nacional e não souberam compreender a projecção que tem para Portugal e para a sua afirmação externa, caber a um Português a Presidência da Comissão Europeia.

Cabe-me também dirigir uma palavra de especial saudação ao Primeiro-Ministro e Presidente do Partido, Dr. Pedro Santana Lopes.

Antes de mais para renovar o meu agradecimento e reconhecimento pela honra que nos deu ao estar presente na abertura das nossas Jornadas e pelas palavras que

(continua na pág. seguinte)

Jornadas Parlamentares do PSD

# Não é possível falar dos Açores, de Autonomia e de Democracia sem falar de Mota Amaral

(continuação da pág. anterior)

Coligação.

Vamos prosseguir a execução do nosso Programa. Não enjaitamos os dois anos que levamos desta Legislatura e em que fizemos o que devíamos fazer por Portugal e pelos Portugueses.

Não abdicamos de continuar e de concluir o Programa que este Governo apresentou na Assembleia da República. Temos um Projecto para Portugal. Temos de nos aproximar do nível de desenvolvimento dos Países mais avançados da Europa, e não deixaremos de fazer as reformas e adoptar as medidas que consideramos ser as melhores para Portugal.

Estamos legitimados pelo voto popular e não consentiremos que os poderes fácticos, não legitimados democraticamente, ponham em causa o que de mais sagrado há em Democracia – a vontade popular, livre e soberanamente expressa.

Mas Senhor Primeiro-Ministro, a solidariedade é uma avenida com dois sentidos.

Quero eu dizer que o Grupo Parlamentar e os Deputados esperam do Governo a atenção e a consideração que institucionalmente lhes compete e não abdicam do espaço crítico, no momento e lugar próprios, sempre preocupados com o aperfeiçoamento e irmanados no sucesso do Projecto que nos une e em cuja concretização estamos, como estivemos até agora, profundamente empenhados.

Uma palavra muito especial quer pelo momento quer pelo local, ao nosso companheiro, Presidente da Assembleia da República, Dr. João Bosco Mota Amaral.

A realização das nossas Jornadas Parlamentares nos Açores é ainda e também uma homenagem a V. Excelência.

Não é possível falar dos Açores, da Autonomia e da Democracia sem falar de V. Excelência e da obra marcante que aqui deixou.

E estou mesmo certo de que o nosso companheiro Victor Cruz tem em V. Excelência e na sua governação dos Açores o exemplo e o estímulo para tudo fazer para que os Açores, naturalmente com novos caminhos e novas soluções, que o século XXI impõe, e que retomem a linha de progresso e de maior justiça social que V. Excelência aqui manteve e que foi interrompida, nos últimos oito anos, por um pesadelo de que os açorianos querem rapidamente sair.

Como tenho repetidamente dito, V. Excelência é o melhor de todos nós e, por isso, é, com toda a justiça, o “primus inter pares”.

Temos sempre, eu próprio e os demais Deputados que integram o Grupo Parlamentar, tido consigo, e com inteira reciprocidade, diga-se, uma atitude aberta de troca de impressões e mesmo, uma vez ou outra, crítica relativamente à condução dos trabalhos e ao funcionamento do Parlamento.

Todos reconhecemos a dificuldade da tarefa que lhe cabe e todos sabemos que, quanto melhor a desempenhar, mais orgulhosos estamos de si. Porque a tem desempenhado de forma exemplar, revemo-nos no seu trabalho, felicitamo-lo, por isso, e asseguramos-lhe a nossa solidariedade.

Eu quero, aliás, deixar aqui o testemunho da forma como V. Excelência, sem quebra da equidistância institucional que lhe é exigida e que respeitamos, sempre tem o cuidado de tratar comigo próprio e com a Direcção do Grupo Parlamentar as questões mais importantes da actividade parlamentar.

Com a discrição que caracteriza o seu perfil, V. Excelência vem levando a cabo reformas importantes no funcionamento do Parlamento, banindo hábitos anquilosados, combatendo desperdícios e impondo rigor e exigência, que nem sempre existiram.

Queria aqui, nos Açores, deixar dito que os açorianos têm todas as razões para se orgulharem de V. Excelência. Do seu passado como Presidente do Governo Regional. Do seu presente, como segunda figura do Estado, e por certo, do seu futuro, que há-de ser de crescente sucesso.

Uma palavra ainda, dirigida ao Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Tem o Dr. Rui Gomes da Silva uma longa experiência parlamentar e desempenhou sempre com a maior dedicação e eficiência os cargos que exerceu, enquanto Deputado e membro do nosso Grupo Parlamentar, designadamente como Coordenador da Comissão de Defesa e Presidente da Representação Parlamentar Portuguesa na NATO.



Tem, pois, o Dr. Rui Gomes da Silva, o perfil adequado ao cargo de Ministro dos Assuntos Parlamentares, e estou certo de que, na faixa de rodagem da avenida que liga o Governo ao Grupo Parlamentar, ele virá sempre à frente, ao lado do Primeiro-Ministro, empunhando a reciprocidade na abertura e na solidariedade, que nos deve ligar.

Ele conhece melhor do que ninguém as muitas questões que diariamente se colocam na ligação Governo/Grupo Parlamentar e tem, comigo próprio e com os demais membros da Direcção do Grupo Parlamentar, uma relação de amizade que abre espaço a uma via informal, que temos mantido e vamos continuar a manter em prol da eficácia do nosso trabalho.

Desejo, pois, ao Ministro dos Assuntos Parlamentares as maiores felicidades e sucesso, tanto mais que o seu sucesso há-de ser também o sucesso do Grupo Parlamentar e da maioria.

Por fim uma palavra ao Líder do Grupo Parlamentar do PP, Deputado Nuno de Melo.

O Deputado Nuno de Melo é um jovem promissor e estou certo de que saberá dar continuidade ao bom relacionamento que estabeleci com o Dr. Telmo Correia, a quem quero daqui desejar as maiores felicidades no desempenho do seu cargo de Ministro do Turismo.

Temos ambos a noção de que a estabilidade da Coligação e, consequentemente, do Governo passa pelo Parlamento.

Cabe-nos limar arestas e manter em cada um dos Grupos Parlamentares a compreensão e a abertura necessárias para subalternizar divergências menores, e prosseguir com a preocupação de cumprir, por Portugal, o acordo político celebrado entre os dois partidos.

É essa responsabilidade acrescida que nos cabe e estou certo de que saberemos, ambos – ele com a sua juventude e eu com os meus cabelos brancos, sem paternalismo, mas com recíproco respeito e amizade, levar a cabo a tarefa que nos foi confiada.

Desejo-lhe, pois, em meu nome e no do Grupo Parlamentar do PSD, as maiores felicidades e sucesso na liderança do Grupo Parlamentar do CDS/PP e agradeço a sua presença aqui, bem como do Senhor Deputado Herculano Gonçalves.

Uma palavra para os Senhores Deputados. No meu pensamento são sempre os primeiros. Porque são os grandes alicerces deste projecto, desta maioria, desta governação.

Coesão, solidariedade e espírito de iniciativa são requisitos essenciais para vencer.

Tem sido esta a postura do Grupo Parlamentar do PSD. Irrepreensível e sem falhas. Orgulho-me de presidir a esta família.

Será também esta – agora e no futuro – a nossa atitude, com o espírito crítico próprio de quem não prescinde de ser autónomo e pensar pela sua cabeça, com o sentimento de unidade que faz a força e a riqueza de um projecto, com o comportamento solidário que faz a diferença e alimenta a nossa confiança, as nossas convicções e a nossa força mobilizadora.

Uma palavra ainda de agradecimento pela hospitalidade dos nossos companheiros do PSD Açores, em especial do próximo Presidente do Governo Regional, o companheiro e amigo Victor Cruz.

Um agradecimento à Senhora Chefe de Gabinete e aos senhores funcionários do Grupo Parlamentar pelo empenho que tiveram na organização destas Jornadas e pelo importante contributo que dão à actividade do Grupo Parlamentar.

Um agradecimento à comunicação social pela cobertura dos nossos trabalhos.

Um agradecimento ainda à Direcção e ao pessoal do Royal Garden Hotel pelo seu profissionalismo e disponibilidade.

A todos temos de agradecer, por sairmos daqui, com o ânimo reforçado e ainda mais unidos para as batalhas que se avizinham, que não tememos e sabemos valerem a pena ser travadas.

Valem sempre a pena, porque nós, ao contrário dos nossos adversários, acreditamos em Portugal e confiamos nos Portugueses. – **Texto, Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD; fotos, Luís Saraiva**

# Grandes Opções do Plano – 2005

Como referimos nesta edição, em “Conselho de Ministros”, as “Grandes Opções do Plano”, para 2005, foram aprovadas nesta reunião dos responsáveis ministeriais. São já conhecidas essas opções, que serão analisadas e aprovadas no fim do mês pelo Conselho Económico e Social. Vamos observar alguns aspectos relevantes das Opções, começando pelo compromisso do Governo a prosseguir com a regionalização dos serviços do Estado nas regiões autónomas, iniciado em 2003.

De acordo com o documento, “a defesa da autonomia regional continuará a ser uma prioridade na acção governativa”, com o Governo a comprometer-se a defender o princípio da continuidade territorial, “bem como da subsidiariedade nas relações entre o Estado e as próprias Regiões Autónomas”.

O governo promete também, em 2005, defender os interesses das Regiões Autónomas na União Europeia, para reduzir os desequilíbrios decorrentes da condição de ultraperiféricas.

Às as regiões autónomas, o governo pede também “rigor e equilíbrio” na execução orçamental.

## O crescimento da economia portuguesa em 2005

O Governo prevê que a economia portuguesa cresça 2,4 por cento no próximo ano, sustentada pelas exportações e pela recuperação do emprego.

O Produto Interno Bruto (PIB) aumenta com a expansão de todas as suas componentes, com excepção dos gastos públicos.

O consumo privado deverá subir 2,3 por cento, enquanto a formação bruta de capital fixo (investimento) deverá expandir-se 5,2 por cento, o que resultará na subida agregada da procura interna em 2,4 por cento.

A procura interna será, assim, o principal motor do crescimento, contribuindo com 2,6 pontos para o crescimento do PIB.

Na frente externa, a previsão governamental aponta para um crescimento de 6,2 por cento das exportações, o que conduz a uma variação da procura global em 3,3 por cento.

Deduzida das compras ao estrangeiro, que deverão aumentar 5,6 por cento, a contribuição das trocas externas para o PIB é negativa em 0,2 pontos, o que estabelece o crescimento da riqueza gerada em 2,4 por cento.

Este valor representa o fim da divergência com a média da Zona Euro, registando-se no próximo ano um “diferencial positivo, embora marginal”, admite o Governo, depois da contração de 1,2 por cento em 2003 e de um crescimento previsto de 1 por cento, este ano.

As GOP prevêem um deflactor do PIB de 2,3 por cento e do consumo privado em 2,0 por cento.

O deflactor é um instrumento estatístico usado para expurgar os efeitos da variação dos preços no valor da produção e do consumo de um país.

A taxa de inflação, aferida pelo índice de preços no consumidor, deverá diminuir até Dezembro de 2005, para 2,0 por cento.

O Governo espera ainda que a projectada recuperação se traduza na criação de emprego total da economia, num aumento de 1,5 por cento, considerando 2004 e 2005, e na redução da taxa média de desemprego de 6,3 por cento em 2003 para 6,1 por cento em 2005.

A expansão do PIB a um ritmo superior ao do emprego significa um acréscimo de produtividade, quantificado em 1,2 por cento.

No enquadramento internacional, realça-se a taxa de crescimento esperado do PIB, na Zona Euro – 1,9 por cento em 2004 e 2,3 por cento em 2005 – e o agravamento do preço do barril do petróleo expresso em dólares, de 37,3 para 38,7 dólares.

A relação euro-dólar deve, por sua vez, assistir à apreciação da moeda norte-americana em 0,8 por cento, após uma valorização em 2004 de 8,0 por cento.

## Defesa: Modernização Forças Armadas é objectivo para 2005

A modernização das Forças Armadas e normalização da sua situação financeira, continuam a ser dois objectivos principais do governo na área da Defesa, para 2005.

No próximo ano, o governo pretende prosseguir com a modernização das Forças Armadas, “dotando-as de uma acrescida capacidade operacional”.

A normalização da situação financeira das Forças Armadas, “por via da regularização dos ressarcimentos financeiros que lhe são devidos”, é outra das “metas” apontadas pelo governo, que pretende ainda aplicar “critérios rigorosos de gestão financeira, eliminando as duplicações e combatendo os desperdícios”.

No próximo ano, o governo prevê também a consagração do conceito de “gestão profissional do património das Forças Armadas”, nomeadamente através da elaboração de uma “Lei de Programação de Infra-Estruturas” e da adequação das instalações existentes “às novas condições de prestação de serviço militar”.

A reforma do ensino superior militar e a reformulação do modelo orgânico da Defesa e Forças Armadas, de forma a “corrigir duplicações, omissões e conflitos de interesses” entre as estruturas do Ministério da Defesa, são outros dos objectivos inscritos do documento.

No âmbito dos Assuntos do Mar, uma das prioridades estabelecidas para 2005 é a revitalização, recuperação, modernização e internacionalização das capacidades industriais de Portugal no sector da construção naval, articulada com uma “política

de estaleiros com especial atenção para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo”.

Outros dos objectivos do governo neste âmbito é a constituição do “dossier português” para a extensão da plataforma continental além das 200 milhas, a definição de áreas marítimas nacionais e a criação do novo regime legal do registo patrimonial marítimo e do regime geral de remoção de destroços.

## Área da segurança de pessoas e bens

O Governo vai apostar, no próximo ano, na Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Criminalidade, através de programas nas áreas de educação, desporto e ocupação de tempos livres e otimizar os meios atribuídos às forças de segurança.

Na área relativa às forças e serviços de segurança, o Executivo quer concretizar a parceria público/privada para iniciar o funcionamento do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) de criar e instalar uma entidade gestora do SIRESP com funções alargadas à gestão centralizada dos sistemas informáticos do Ministério da Administração Interna (MAI).

A par da conclusão e apresentação da revisão das leis de organização e funcionamento dos serviços de segurança, o Governo pretende também terminar os trabalhos de reorganização do dispositivo territorial da GNR e da PSP.

O documento prevê o desenvolvimento do conceito de polícia de proximidade ou polícia comunitária, com programas dirigidos especificamente aos sectores mais vulneráveis da população, e a actualização dos planos e sistemas de cooperação e coordenação das forças de segurança, em particular o Plano de Coordenação e Cooperação das Forças e Serviços de Segurança, e o Sistema Integrado de Informação Policial são outros dos objectivos expressos nas GOP. O Governo pretende também adoptar medidas para erradicar a violência nos espectáculos desportivos e continuar a modernização dos serviços das forças de segurança, melhorando os canais de comunicação e apostando na inovação tecnológica, na formação e na definição e interiorização de novos conceitos de qualidade de prestação de serviços, nos planos interno e externo.

No que respeita aos bombeiros e protecção civil, será feita a “adequação e actualização da natureza, âmbito e atribuições do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC), a regulamentação dos serviços municipais de protecção civil, a revisão da estrutura e sistema de socorro e luta contra incêndios, bem como a normalização de meios, equipamentos e unidades tipo dos corpos de bombeiros”.

Em 2005, o Executivo quer “desenvolver” estudos com vista à aquisição de meios aéreos de combate a incêndios, rever e implementar o regulamento geral dos Corpos de Bombeiros e o plano plurianual de reequipamento dos corpos de bombeiros.

Outros objectivos nesta área são: alargar a implementação de Grupos de Intervenção Permanente nos corpos de bombeiros, rever o Estatuto Social do Bombeiros, apetrechar os bombeiros com os meios adequados ao combate aos incêndios florestais, redefinir o enquadramento do sistema de prevenção dos fogos florestais e a articulação de procedimentos com as Forças Armadas para a prevenção.

Em matéria de imigração, o Executivo pretende, entre outras medidas, continuar a agilizar e desburocratizar os procedimentos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), reforçar o controlo da imigração ilegal através dos postos fronteiriços e emitir novos títulos de residentes estrangeiros com dados biométricos e mais condições de segurança.

O Governo anuncia que vai fazer a regulamentação do suplemento remuneratório e renovar as instalações e equipamentos do SEF.

No que respeita à segurança rodoviária, o destaque vai para a implementação das alterações ao Código da Estrada, aprovação do diploma que regulamenta o transporte colectivo de crianças, alteração do regime jurídico do ensino da condução, da habilitação legal para conduzir e da actividade de inspecção técnica de veículos.

## Área da comunicação social

O Governo reitera nas Grandes Opções do Plano a aposta nos novos projectos da RTP para o próximo ano, prometendo acompanhar com particular destaque o



Canal Memória.

O canal, baseado no arquivo histórico da televisão pública, tem já a sua estreia agendada na rede cabo para 4 de Outubro.

Prosseguir a consolidação da reestruturação em curso, apoiando o trabalho das diferentes administrações das empresas de comunicação social controladas pelo Estado – RTP, RDP e Lusa –, é outra das medidas políticas estabelecidas para o próximo ano pelo Executivo.

O documento adianta, também, a intenção de reforçar a vocação do serviço público da RTP e da RDP, que se deve pautar “por padrões de qualidade, com preocupações acrescidas ao nível da cultura, defesa da língua e da identidade e coesão nacionais”.

Concluir o trabalho de criação do novo órgão regulador para sector da comunicação social, a partir do modelo já definido – que irá apostar na “simplificação e agilização” dos processos – é outro dos objectivos traçados pelo Governo para 2005.

O Governo pretende igualmente incentivar e acompanhar o processo de cooperação entre a televisão pública e os operadores privados, reiterando as apostas no domínio da produção independente, do fornecimento de conteúdos aos canais internacionais da RTP, da programação para os cidadãos com necessidades especiais e das práticas de co-regulação.

O texto refere ainda o reforço, nesta matéria, da cooperação com os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e da adopção de medidas reguladoras para a rede de televisão por cabo, a fim de estabelecer uma “sã concorrência dos distribuidores de televisão e produtores de conteúdos” e uma “escolha de qualidade para os consumidores”.

### Novo modelo organizacional para o INE

O Governo quer aplicar um novo modelo organizacional ao Instituto Nacional de Estatística (INE) no próximo ano.

Com um processo de reestruturação em curso, iniciado em Junho, o INE verá os seus estatutos alterados no próximo ano.

Além disso, está prevista uma revisão da Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional (SEN), refere o documento.

O novo modelo para o instituto estatístico implica um reforço da concentração funcional e geográfica. Em Junho, quando foi apresentado o processo de reestruturação do instituto, ficou garantida a manutenção das delegações regionais que, deixavam, no entanto, de ser unidades de primeira linha e teriam um papel reforçado na recolha da informação.

Está também prevista a revisão do actual modelo de delegação de competências do INE noutros serviços públicos.

### Prioridade à formação e qualificação da Administração Local

A formação e qualificação da administração local são prioritárias na acção do governo no próximo ano, no domínio da descentralização.

O Governo indica que quer ver constituídas e organizadas as Áreas Metropolitanas e vai regulamentar o estatuto de Formador para a Administração Pública.

Em especial, pretende melhorar os níveis de qualificação da Administração Local, e reforçar e melhorar a formação.

Nesse sentido, vai lançar os primeiros Seminários de Alta Direcção para a Administração Local e aumentar o volume de formação inicial e contínua, ou seja mais cursos, mais formandos, mais volume de formação e maior proximidade geográfica às autarquias.

Em 2005 pretende-se ainda prosseguir e consolidar a Rede do Sistema Nacional de Informação Geográfica, no seguimento da elaboração de um documento estratégico para a informação geográfica em Portugal, do anterior governo.

### Reforma da Justiça, outra prioridade para o próximo ano

A “opção prioritária” do Governo para a Justiça, em 2005 é a “concretização, O Executivo pretende prosseguir com os objectivos estratégicos anunciados para este ano, que são, no plano político, reforçar a legitimidade e a confiança no sistema judicial, e no plano administrativo, combater a morosidade da Justiça.

No quadro das matérias legislativas, a prioridade vai para a revisão do Código Penal e Código do Processo Penal, a conclusão da reforma do regime de responsabilidade civil do Estado e a revisão do Código das Sociedades Comerciais e do Código do Registo Comercial.

O lançamento das bases do estabelecimento de um novo modelo do processo civil e o levantamento e análise das transgressões e contrações ainda vigentes no ordenamento jurídico português, com vista à sua eventual transformação em ilícitos contra-ordenacionais, são outras das intenções prioritárias expressas nas GOP.

A modernização administrativa e o incremento da celeridade processual, com a avaliação permanente dos resultados obtidos com a chamada “Bolsa de Juizes” e o reforço do recrutamento de novos magistrados e a diversificação das formas de suprimento da falta crónica de magistrados, são outras das directrizes aprovadas.

No que se refere à política criminal, penitenciária e de reinserção social, o Governo anuncia, entre outras medidas, a intenção de rever a Lei de Execução de Penas, de reforçar os meios humanos e equipamento, tendo em vista o alargamento e extensão do Programa de Prevenção e Combate à Criminalidade económica e financeira, fraude e evasão fiscais e crime organizado, particularmente ao nível do tráfico de droga.

A abertura de novas prisões e de novos pavilhões prisionais, o desenvolvimento do regime prisional hospitalar, nomeadamente no que se refere às necessidades dos reclusos com doenças derivadas da toxic dependência e a reforma do sistema de reinserção social constam igualmente das GOP.

Além de programas de avaliação legislativa e de acompanhamento de execução das reformas propostas, o Governo quer reinstalar em novo edifício o Tribunal de Trabalho de Lisboa, concluir a construção do Estabelecimento Prisional de Alta Segurança (no Monsanto) e prosseguir a construção das instalações da nova sede da Polícia Judiciária, em Casxias.

### Função Pública: consolidação da reforma; diferenciação dos salários pelo mérito

O Governo exprime nas GOP, a sua intenção de diferenciar os salários dos funcionários públicos em função do mérito.

Será consagrada a “definição de princípios de diferenciação salarial em função do mérito” no capítulo com as principais linhas de acção para a Administração Pública.

Esta medida será permitida pela introdução da contratação individual de trabalho na Administração Pública e pelo aprofundamento do processo de avaliação de desempenho dos funcionários, centrado na “cultura do mérito”, também previstos nas GOP.

A diferenciação salarial será também aplicada aos cargos dirigentes, de acordo com a natureza e a complexidade de cada um.

O Governo pretende também avançar com o desenvolvimento de um modelo de avaliação de desempenho dos serviços, além da avaliação individual dos funcionários.

A consolidação e aprofundamento da reforma da Administração Pública, através da simplificação de estruturas, de desconcentração e descentralização são outros dos objectivos do governo, que promete “desburocratização” e “simplificação”, com “avaliação do respectivo impacto”.

A ampliação da actual oferta de serviços das Lojas do Cidadão, a generalização do recurso a meios electrónicos e a revisão do Código do Procedimento Administrativo são medidas de simplificação propostas.

### Área da Imigração

Para a área da imigração, ficam estabelecidas um conjunto de intenções políticas, que basicamente se propõem prosseguir o trabalho do anterior executivo.

Entre as medidas anunciadas estão as que “prossequindo a política do anterior governo”, incluirá nas suas “prioridades políticas o princípio do rigor nas entradas e generosidade no acolhimento de imigrantes em Portugal”.

“A gestão dos fluxos migratórios em função das oportunidades de emprego, a promoção da imigração legal e o combate aos mecanismos de imigração ilegal” serão princípios do governo.

O Executivo diz que vai assegurar o real exercício da igualdade de direitos e de deveres dos cidadãos estrangeiros, combater todas as formas de discriminação étnico-racial, e promover iniciativas para o desenvolvimento, nas crianças e nos jovens filhos de imigrantes, de um sentido de pertença à sociedade portuguesa.

Pretende ainda promover estudos para aprofundar o conhecimento das realidades da imigração, apoiar e estimular a rede associativa de imigrantes, e agilizar os mecanismos de reconhecimento de habilitações e competências de imigrantes.

Promover o reagrupamento e reunião familiar e o ensino da língua e cultura portuguesa junto dos imigrantes são outros objectivos do governo.

### Relações internacionais

Conseguir um “resultado globalmente equilibrado” na renegociação das perspectivas financeiras da União Europeia para o período posterior a 2006 é um dos objectivos centrais das Grandes, em matéria de política externa.

É referido o objectivo de uma “participação activa nas negociações das perspectivas financeiras para o período pós-2006, com vista ao alcance de um resultado globalmente equilibrado que dê resposta às prioridades e preocupações nacionais”.

Neste domínio, é estabelecido o objectivo de garantir o termo das negociações de acordo com o calendário vigente, “ou seja, um acordo político global em Junho de 2005”.

Ainda no âmbito da União Europeia, são objectivos declarados o “acompanhamento do processo de ratificação” da Constituição europeia, “que se prevê em vigor em Novembro de 2006”, assim como dos processos de adesão da Roménia e da Bulgária, do “início das negociações com a Croácia e,

eventualmente, com a Turquia”.

A concretização da Estratégia de Lisboa, a “manutenção de uma presença activa” na definição da Política Externa e de Segurança (PESC) e na Política de Segurança e de Defesa (PESD) da União, é outros dos vectores que nortearão a acção do governo para o próximo ano.

Inscrito no contexto da União está também o objectivo de reforçar as “relações com África”, que “passa pela perspectiva da realização, em Lisboa, a II Cimeira Europa-África”.

Outro dos objectivos traçados para 2005 no contexto da União é referido noutra parte, relativo aos “Parceiros Estratégicos e Privilegiados”: “reforço dos contactos com países europeus de economias semelhantes à nossa, nomeadamente os Estados que aderiram à UE em Maio último (...) que permitam uma actuação convergente no seio da União”.

A Aliança Atlântica – apresentada como “elemento essencial para a defesa e segurança de Portugal” –, a “manutenção da relação privilegiada com os EUA” e a “defesa do carácter fundamental do relacionamento transatlântico” são outros dos objectivos consagrados nas GOP para o próximo ano.

O “Espaço Lusófono” merece um destaque especial no documento, que postula como projectos para o próximo ano a “dinamização” da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), “em particular no que respeita ao incremento das relações empresariais”, bem como o “aprofundamento e divulgação da língua portuguesa”.

A “preparação activa” da reunião ministerial da CPLP que terá lugar em 2005, em Portugal, a “continuação de uma rede escolar portuguesa no espaço lusófono” e o “reforço da presença política e económica” nos PALOP inscrevem-se como prioridades neste âmbito.

Relativamente a Angola, é referido o “início da primeira fase de pagamentos da dívida bilateral” de Luanda a Portugal. Moçambique é apresentado como “um dos países com maior potencialidade de estabilidade e crescimento na região” e “especialmente atractivo para as empresas e serviços” portuguesas e estrangeiras.

As GOP para 2005 estabelecem ainda a “manutenção do apoio português à pacificação, consolidação democrática e desenvolvimento económico e social do Iraque”.

Quanto à “Cooperação”, as Grandes Opções estabelecem a “continuação da implementação dos projectos de cooperação” com a CPLP, nomeadamente dando início à “rede lusófona de ensino à distância”.

O “racionalização e melhoria” do apoio às comunidades e o “incentivo à participação portuguesa e luso-descendentes nas sociedades dos países de acolhimento” são objectivos traçados no domínio das “comunidades Portuguesas”.

No capítulo da diplomacia económica surgem, além do empenho genérico na “internacionalização da economia portuguesa”, o “apoio às empresas portuguesas interessadas na reconstrução iraquiana”, assunto no qual Portugal tem “um interesse directo”.

A abertura de embaixadas em Nicósia, Liubliana, Bratislava, La Valetta, Tallin, Riga e Vilnius são alguns dos principais investimentos do governo nesta área para 2005.

## Sociedade da Informação

No próximo ano o acesso à Internet, especialmente à banda larga, será massificado. Nas linhas orientadoras para 2005 na área da sociedade da informação será desenvolvida a concorrência no mercado de acesso à Internet e reforçada a aposta na promoção, criação e divulgação de conteúdos de língua portuguesa.

Outros objectivos são: promover a criação de Redes Comunitárias, promover a acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais, consolidar a Biblioteca do Conhecimento (criada pelo anterior governo e que congrega mais de 3.500 revistas científicas, sempre disponíveis), e acompanhar e apoiar a execução da iniciativa e-U/Campus Virtuais (Internet no ensino superior) são outros objectivos.

O Governo pretende também “aumentar exponencialmente a capacidade da rede académica e de investigação”, através de um cabo de fibra óptica próprio, que começará por abranger o eixo Lisboa-Coimbra-Aveiro-Porto-Braga, cuja construção começou já.

Ainda nesta área, propõe-se lançar em 2005 um programa de informatização alargada nas escolas, assegurar a ligação em banda larga em 9.000 escolas públicas do ensino básico e secundário, e disponibilizar no Portal do Cidadão mais serviços.

Definir uma política Nacional de Segurança Digital, implementar o serviço de vídeo-conferência para o Governo, propor ao Parlamento a realização de um projecto-piloto vinculativo de voto electrónico, e criar condições para o acesso gratuito dos portugueses ao Diário da República Electrónico são outros objectivos para o próximo ano.

Os centros de reciclagem de computadores serão incentivados, para garantir uma maior distribuição.

## Educação e Ensino

O Governo propõe-se a “aperfeiçoar” em 2005 as “operações materiais de

colocação” dos educadores de infância e dos docentes do ensino básico e secundário, de acordo com as intenções expressas nas Grandes Opções.

No documento, afirma-se que o objectivo “é prosseguir e aprofundar as políticas educativas do anterior executivo”, já que tem a convicção de que “as mudanças sistemáticas de políticas, o redimensionamento dos investimentos, a inversão das prioridades podem constituir um obstáculo à melhoria consistente da qualidade do ensino”.

Sublinhando que a avaliação sistemática dos estudantes, escolas, professores e funcionários não-docentes é um elemento fundamental, o Governo manifesta a intenção de implementar um sistema integrado de informação para a gestão do sistema educativo, generalizar a auto-avaliação das escolas e divulgar os resultados obtidos, “com vista ao fomento da responsabilização dos actores pelos resultados”.

A melhoria dos desempenhos na literacia e na numeracia, o combate ao abandono escolar, a promoção da segurança nas escolas – “como prevenção da delinquência, mas também como respeito pela integridade física e patrimonial” – e a promoção do desporto escolar são outros dos objectivos traduzidos nas GOP para 2005.

O Executivo propõe igualmente a detecção, desde o 1º Ciclo do Ensino Básico, das dificuldades de aprendizagem, reforçando a actuação sobre o ensino do português, da matemática e das ciências, bem como a avaliação e acompanhamento da aplicação dos exames de português e matemática do 9º ano e a implementação da área disciplinar de formação e desenvolvimento pessoal e social a partir do 3º ano.

A aprovação do novo regime jurídico do ensino especial, a promoção da implementação dos Centros de Apoio Social e Escolar são outras das metas do Governo, que quer apostar também na formação contínua dos professores em áreas-chaves e na revisão do Estatuto da Carreira Docente.

## Economia e Empresas

O Governo vai prosseguir o esforço de criação de um ambiente favorável à actividade empresarial. Para isso, pretende continuar a eliminar os obstáculos de natureza fiscal e burocrática aos processos de concentração, crescimento ou reestruturação de empresas, a par da promoção de efectivas condições de concorrência no mercado.

Sublinhando o papel essencial que cabe aos empreendedores privados no desenvolvimento do investimento produtivo, o Governo estabelece como tarefa própria a “criação de condições que permitam a maximização da eficiência empresarial, bem como um ambiente propício à iniciativa e ao risco”.

Serão simplificados os processos de criação de empresas, eliminadas as regulamentações desnecessárias ou redundantes e a reduzida a intervenção da administração pública, sempre que dispensável.

Como princípios de orientação estratégica estabelece ainda o fomento de um quadro regulamentar e fiscal simples, estável e atractivo, para o investimento, bem como a promoção de um mercado de capitais eficiente e de fácil acesso para as empresas, independentemente da respectiva dimensão.

Como “concretização operacional”, as GOP apontam para reforços dos capitais das três sociedades de garantia mútua já constituídas, do Fundo de Contra-Garantia Mútua e do Fundo de Garantia para a Titularização de Créditos.

Na sequência da aprovação do Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos (PRASD), prevê também um reforço do capital exclusivamente reservado à aplicação em empresas situadas em zonas específicas a definir por portaria, com vista a estabelecer soluções empresariais duradouras e sustentadas para regiões debilitadas.

No que respeita aos Centros de Formalidades de Empresas, pretende-se alargar a toda a rede, o conjunto de actos possíveis de executar, incluindo a extinção de empresas.

No âmbito da Concorrência e da Regulação, a Autoridade da Concorrência fará, em 2005, a revisão da legislação sobre práticas anti-concorrenciais.

Na área da Energia, o Governo vai prosseguir a reorganização do sector já definida, avançar com a liberalização e concretizar o Mercado Ibérico de Electricidade (Mibel)

## Sector turístico

No sector turístico haverá continuidade para as medidas introduzidas pelo anterior Executivo, com algumas novidades como a aposta no turismo cultural.

No essencial, as medidas que o Ministério do Turismo pretende desenvolver no próximo ano já estavam estipuladas no Plano de Desenvolvimento do Turismo, apresentado no ano passado pelo ex-ministro da Economia, Carlos Tavares, que tutelava o sector.

Entre as novidades para 2005 destaca-se a elaboração dos planos regionais de desenvolvimento turístico, com prioridade para o Algarve e Lisboa, e a definição e execução de um plano de desenvolvimento de turismo cultural.

Entre as medidas mais importantes destaca-se a revisão do enquadramento legal e funcionamento das Regiões de Turismo, assim como a revisão da lei de licenciamento de empreendimentos turísticos.

Outra das questões pendentes passa pela revisão do regime jurídico de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas.

No total, são 26 medidas que traduzem “o caminho que o Governo se propõe prosseguir com o objectivo de alcançar a excelência do sector do Turismo em

Portugal”.

Os eixos fundamentais da actuação do Ministério do Turismo serão, refere o Governo, o crescimento e a diversificação da procura, a qualificação e diversificação da oferta e o estímulo à competitividade das empresas.

## Área da Saúde

Adoptar o Plano Nacional de Saúde como vector estruturante e assegurar a sustentabilidade financeira do sistema são as principais intenções constantes das Grandes Opções do Plano.

Serão garantidos os mecanismos adequados para a efectivação do Plano Nacional de Saúde, “através de uma cativação de recursos adequada”.

Neste capítulo, o Executivo quer reorganizar os cuidados de saúde primários e “operacionalizar o conceito de Rede de Cuidados Primários em que possa coexistir operadores públicos, privados e sociais assegurando a gestão dos Centros de Saúde”.

Pretende-se, também, a implementação de um novo modelo de gestão para os doentes inscritos para cirurgias nos hospitais, o Sistema Integrado de Gestão dos Inscritos para Cirurgia (SIGIC).

No gabinete do ministro da Saúde foi criada a Unidade Central de Gestão dos Inscritos para Cirurgia destinada a acompanhar a implementação do SIGIC nas regiões-piloto do Alentejo e Algarve e o seu progressivo alargamento ao resto do país.

De acordo com o documento, o SIGIC envolve todos os hospitais nacionais, públicos e privados, e controla todo o processo desde a inscrição até à realização da cirurgia, maximizando a utilização da capacidade de oferta existente no Serviço Nacional de Saúde.

Para cada caso necessitando de intervenção cirúrgica, acrescenta o documento, será adoptado e fixado um tempo de espera admissível, “o qual uma vez ultrapassado dará origem à emissão de um vale-cirurgia” a ser utilizado pelo utente em hospitais ou clínicas convencionadas do sector social e privado, “concedendo, assim, uma outra opção sem custo para o cidadão”.

No que respeita à gestão hospitalar, o Governo pretende no próximo ano consolidar a metodologia de contratos-programa para todos os hospitais, com a correspondente fixação de objectivos a atingir por essas unidades, “ligando o financiamento aos resultados alcançados”.

Essas novas formas de gestão, serão aplicadas nos Hospitais do Sector Público Administrativo, assentes na celebração de contratos-programa anuais, “utilizando sempre que possível metodologias e processos já introduzidos e testados com sucesso na Rede de Hospitais SA”.

O Governo quer ainda aprofundar o modelo organizativo da Rede de Hospitais SA, com a criação de uma estrutura de decisão e acompanhamento tipo holding.

Por outro lado, prevê reforçar em 2005 o estabelecimento de parcerias público/privadas, com a concessão de gestão de unidades prestadoras de cuidados a entidades privadas ou de natureza social, procedendo-se ao lançamento de quatro concursos públicos, que se somam aos já realizados em 2004.

O governo pretende ainda desenvolver um sistema de Cartão de Utente do Serviço Nacional de Saúde, com novas funcionalidades operacionais que identifique o utente perante o sistema e permita registar centralmente os cuidados de saúde prestados a cada utente, bem como as prescrições de meios complementares de diagnóstico e a venda de medicamentos prescritos.

No sector da Saúde o governo vai ainda prosseguir os programas de luta contra o VIH/SIDA, pretendendo reduzir para metade o número de novas infecções, e de luta contra a toxicoddependência, que “reconhece como uma doença” e em que quer dar prioridade às abordagens preventivas”.

## Área do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia

O aumento da formação em áreas prioritárias como saúde, tecnologia e artes e o reforço do investimento na ciência são outros dos objectivos para o Ensino Superior em 2005.

De acordo com o documento, o Executivo tenciona implementar uma política de igualdade de oportunidades no acesso ao ensino, discriminando positivamente o mérito e os alunos com menores recursos, por via do financiamento, e alargando os apoios prestados aos estudantes do ensino superior particular e cooperativo.

A internacionalização do ensino é também uma das “linhas mestras” do Governo para o sector, que pretende reorganizar o sistema de graus e diplomas, de forma a aumentar a mobilidade e facilitar a criação de um espaço europeu do ensino superior, contemplada na Declaração de Bolonha.

No que diz respeito à formação, as GOP prevêem a criação de um Sistema Nacional de Formação Profissional, nomeadamente com vista à melhoria da qualidade do emprego e ao combate às situações de inadequação tecnológica, em particular das micro e pequenas empresas.

Na área da ciência e inovação, o documento refere um aumento do investimento público, de modo a reforçar a capacidade das unidades de investigação e laboratórios e a favorecer a criação de empresas de base tecnológica.

Relativamente a esta área, o Governo tenciona ainda “estimular e dinamizar a participação de entidades privadas em actividades de ciência”, nomeadamente através do fomento de mecanismos financeiros de apoio à investigação e da simplificação do seu enquadramento regulamentar.

## Política de família

No âmbito das opções para 2005, o Ministério da Segurança Social, Família e Criança, vai promover o aumento da natalidade e o direito à vida entre as políticas a concretizar.

O documento define como prioridades “a implementação de medidas que favoreçam o direito à vida” e a “definição e implementação de medidas pró-activas que favoreçam a evolução da taxa de natalidade e invertam a tendência de envelhecimento da população portuguesa”.

Outra das prioridades é o combate à exploração do trabalho infantil, apostando em maior informação, em nova legislação específica e no reforço da actuação das autoridades com poderes de inspecção.

Em relação aos idosos, haverá um “reforço das medidas de manutenção dos idosos e dependentes nas famílias, nomeadamente apoio domiciliário e criação de novas medidas de incentivo”.

No combate à violência doméstica, o Executivo apostará na “formação para todos os profissionais que intervêm directamente com vítimas” deste fenómeno e também na criação de mais espaços específicos de atendimento nas esquadras.

No campo da igualdade entre os sexos, a aposta será sobretudo baseada na sensibilização e informação.

## Área dos Impostos e Segurança Social

O cruzamento de dados entre a Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) e a Segurança Social será concretizado em 2005, no âmbito do combate à fraude fiscal.

O processo passa pela “implementação de um sistema de informação que permitirá a troca regulada e automática de informação, no âmbito do reforço dos mecanismos efectivos de combate à fraude”, esclarece o Governo.

Com esta medida, o Executivo espera diminuir quer a evasão contributiva, quer a fraude no rendimento social de inserção (antigo rendimento mínimo garantido) e nos subsídios de doença e desemprego.

A reforma da segurança social aprovada ainda por José Manuel Durão Barroso prosseguirá em 2005, com a continuidade do processo de regulamentação das bases gerais, sublinha o Governo nas GOP, a que a agência Lusa teve hoje acesso.

Nestas, o documento destaca a revisão da base de incidência contributiva para a segurança social, assim como a revisão do regime contributivo dos inscritos marítimos que exercem actividade na pesca local e costeira e regulamentação do subsistema de solidariedade.

As prioridades do Governo passam também pela revisão do regime do seguro social voluntário e pela regulamentação do regime jurídico de protecção na morte, entre outras.

## Juventude: Integração no mercado de trabalho e formação

A aposta na formação profissional e técnica é uma das prioridades do governo para o sector da Juventude, em 2005. De acordo com as GOP, o governo vai actuar com “programas de formação complementar, que facilitarão a entrada dos jovens no mundo de trabalho, logo que os níveis de emprego subam”, fazendo face à precariedade do trabalho nesta classe etária.

A “intensificação da oferta de formação técnica” ao nível dos programas desenvolvidos pela Fundação para a Divulgação das Tecnologias da Informação é outra das apostas para 2005, segundo o documento.

As GOP anunciam também a criação de uma Bolsa de Oportunidades de Emprego, gerida através do Portal da Juventude – uma iniciativa da secretaria de Estado da Juventude e do Instituto Português da Juventude – bem como o desenvolvimento do sistema de apoio à contratação jovem.

Como medidas que “promovam o início da vida activa”, o governo propõe a reformulação do regime de incentivos ao arrendamento jovem.

O Governo classifica ainda como medida prioritária a execução do Programa de incentivo à Modernização da Economia – Prime Jovem – para fomentar o “empreendedorismo jovem, nomeadamente em áreas com forte potencial de crescimento, reconhecendo-se a importância dos jovens na renovação do tecido empresarial nacional”.

Outra meta para 2005 é a celebração de protocolos e parcerias com as Autarquias Locais, promotoras de programas de reabilitação urbana, “com vista à construção de habitação jovem e núcleos residenciais universitários”.

Para promover a qualidade do turismo juvenil, são objectivos para 2005 a “elaboração de um programa de reabilitação e requalificação da rede de alojamento”, bem como a “criação de novos programas nacionais de mobilidade e intercâmbio juvenil”.

A celebração de parcerias e protocolos com entidades prestadoras de serviços de transportes, que “estimulem a mobilidade dos jovens e o conhecimento directo da realidade do património”, é outra das prioridades para a juventude expressas nas GOP para 2005.

– Fontes: Sec. Est. Presidência e Lusa

# Actividades do Partido e Autarquias PSD

## Da CPS de Abrantes

### Acção dos vereadores eleitos pelo PSD

Da CPS do PSD de Abrantes, recebemos uma comunicação sobre a Declaração de Voto, no passado dia 12, dos vereadores do PSD na edilidade abrantina, na discussão das taxas a liquidar pelos municípios, no que respeita ao Imposto Municipal sobre Imóveis:

“A aplicação das taxas de 0,8% relativa aos prédios urbanos e de 0,5% aos prédios urbanos avaliados, nos termos do Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, que aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), publicado no anexo I ao citado Decreto-Lei afigura-se-nos excessiva. Importa atender à seguinte realidade:

- Nos primeiros seis meses de 2003, a arrecadação de contribuição autárquica pela CMA foi de 1.312.643,43 €;
- Durante todo o ano de 2003, esse valor ascendeu a 1.972.140,43 €;
- Em igual período de 2004, entre Contribuição Autárquica e IMI foram já arrecadados 1.924.087,74 €, ou seja, em 6 meses praticamente o valor de 12 meses do ano anterior;

- Em termos homólogos (Junho de 2004 para Junho de 2003, acumulado), o aumento na arrecadação global destas receitas é de 47%.

Por outras palavras, estamos a aumentar a “carga fiscal” municipal sobre as famílias, apesar de, infelizmente, ao cabo de um ano, não se saber ainda qual a percentagem que as reavaliações implicaram para este crescimento e qual foi o acréscimo real sentido pelas pessoas que já se encontravam a pagar contribuição pela sua habitação.

Contudo, como há um ano afirmámos quando votámos favoravelmente, dávamos o nosso voto favorável esperando que, decorrido um ano, fosse possível efectuar-se uma análise séria sobre as implicações do novo regime na vida das pessoas e porque existia essa recomendação da ANMP.

Porém, há indícios fortes de que poderão estar a ser penalizadas famílias e empresas e que a autarquia possui um “apetite voraz” sobre todas as receitas que conseguir obter, à custa de quem for, de modo a dar sustento ao aumento da despesa corrente que advém deste modelo de desenvolvimento concelhio que consideramos errado e para o qual não demos o nosso voto favorável.

Sufragar este “regime fiscal” penalizador seria sancionar positivamente todo o modelo de desenvolvimento, assente no aumento exponencial da despesa corrente e na fraca aposta na realização prioritária de investimentos social e economicamente reprodutivos e no aumento da produtividade.

Assim, votamos contra esta proposta.

Os vereadores, Pedro Marques e João Salvador. – **PSD/Abrantes**

## Da CPS de Braga

### Renovação da Sede da Concelhia bracarense

Os responsáveis da Comissão Política do PSD de Braga e da Mesa do Plenário de Secção, Ricardo Rio e António Marques, acompanhados por um amplo conjunto de militantes do nosso Partido, assumiram o desafio de encetarem a renovação da sua Sede Concelhia, no Largo da Senhora-a-Branca.

Para tal, está constituída uma comissão para as Obras da Sede, cuja composição será publicamente apresentada em cerimónia que terá lugar junto à Sede Concelhia, no dia da publicação do “Povo Livre”, esta quarta-feira, às 14 e 30.

A história da Sede Concelhia do PSD de Braga é frequentemente recordada pelos muitos militantes que a protagonizaram, que a puderam acompanhar, que dela ouviram o relato orgulhoso dos seus antecessores.

Foi com o esforço e abnegação de muitos militantes, que foi possível reunir os meios para dotar o Partido de amplas e dignas instalações, em pleno Largo da Senhora-a-Branca, um dos pólos mais marcantes da vivência da cidade.

Com o passar dos anos, com o natural deteriorar dos materiais e equívocas soluções arquitectónicas para problemas funcionais, o Partido estava, actualmente, confrontado com a degradação do edifício. Com os recorrentes condicionalismos financeiros, as Comissões Políticas concelhias pouco têm podido fazer para inverter o rumo dos acontecimentos.

Já no decurso do corrente mandato, foram arroladas soluções alternativas, que se traduziriam na venda ou permuta deste edifício e a aquisição de outro espaço para construção.

Uma vez que factos supervenientes inviabilizaram a concretização de qualquer dessas hipóteses, entendeu a actual Comissão Política de Secção, com a imprescindível colaboração de destacados membros do nosso Partido, que esta era a oportunidade para assumir a recuperação da Sede Concelhia como uma meta prioritária.

Na Comissão para as Obras da Sede, cuja base inicial será agora divulgada, deverão juntar-se todos os Militantes e Simpatizantes do PSD que queiram participar na efectiva concretização deste desiderato, no mais breve espaço de tempo possível.

A esta Comissão caberá desenvolver todas as iniciativas de cariz jurídico-formal, financeiro e de construção civil, que viabilizem a cabal recuperação do edifício.

Numa iniciativa que conta com o apoio expresso das várias estruturas do PSD, Nacional e Distrital, pretende-se que, de futuro, o PSD de Braga disponha de uma sede funcional que dê resposta plena às necessidades crescentes da



actividade política e partidária, nas suas várias vertentes de intervenção. O PSD de Braga conta com a ajuda de todos!

### Programa de visitas às freguesias do concelho continua em Priscos e S. Julião de Passos

Os responsáveis concelhios do PSD e da JSD de Braga e representantes do Partido nos órgãos municipais prosseguiram o ciclo de visitas às freguesias do Concelho, mediante a deslocação a S. Julião de Passos e Priscos.

Estas freguesias apresentam bastantes lacunas em comum, como sejam a falta de habitação a preços controlados, que permita fixar os fregueses, a absoluta ausência de valências sociais, a escassez de equipamentos desportivos e a forma como os respectivos executivos tendem a ignorar os contributos das respectivas oposições.

Em S. Julião verificam-se inúmeras carências em matéria de acessos. Apesar das sucessivas propostas dos autarcas do PSD, continuam por criar acessos mais amplos para os bombeiros à vasta zona florestal no Caminho do PEDAP, por arranjar as travessias do Rio Labriosca para o Monte (em Fijó e Souto), os Caminhos do Souto e Balteiro (já arranjado do lado de Sequeira) e por alcatroar a Estrada de Belide a Bastuço.

A Escola Primária não dispõe de cantina, forçando os alunos a irem almoçar a suas casas, ao mesmo tempo que apenas os acolhe até às 15:30 horas, em



virtude da inexistência de um ATL. Estas carências levam os residentes de S. Julião de Passos a inscrever os seus filhos em Escolas fora da Freguesia, o que coloca em causa o funcionamento da Escola local.

Uma das propostas dos autarcas PSD passa pela criação de um Centro de Dia que pudesse usufruir da cantina da Escola.

De acordo com Francisco Ramos, líder dos representantes da Coligação na Assembleia de Freguesia, a Junta mantém uma postura sobranceira em relação às propostas dos autarcas da oposição, mas foi graças ao trabalho e estímulo destes que a Freguesia viu concretizada a sua adesão à Rede Social, que instalou dois postos de acesso público à Internet e que hoje dispõe de toponímia.

Também a freguesia de Priscos tem dificuldades em fixar a respectiva população porque não oferece habitação social para os naturais da Freguesia e não cria factores de atracção para a permanência da população.

Os responsáveis do PSD puderam constatar a ausência de valências sociais e de espaços de lazer, apesar das propostas da Coligação Juntos por Braga.

A Junta não promove a preservação do património local, como aconteceu no Lugar da Várzea, onde existe uma ponte romana e um moinho. Pelo contrário, este espaço está transformado num local de depósito de lixo pela própria Junta de Freguesia.

A falta de limpeza do Rio Este neste local provoca também entrave ao seu curso, forçando a ocorrência de alagamentos da estrada vizinha durante o Inverno. Ainda neste domínio, a Junta de Freguesia tem critérios dúbios de limpeza das vias, com inúmeros caminhos prioritários invadidos de silvados na bermá das vias.

O Ciclo de Visitas às Freguesias prossegue. – **Fonte: Gabinete de Imprensa da CPS de Braga**



Os deputados do PSD à Assembleia da República, pelo círculo de Setúbal, elaboraram um documento, dirigido em primeira linha ao Presidente da Assembleia, no qual pedem que a Câmara Municipal dessa cidade esclareça o que se passa com os prazos de conclusão do projecto do Lar da Associação Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos do Seixal.

*Apresentado pelos deputados Luís Rodrigues, Miguel Frasquilho, Clara Carneiro, Bruno Vitorino e Pedro Roque, o teor do documento é o seguinte:* «Sabendo que o Seixal é um dos concelhos mais carenciados, senão o mais carenciado, do Distrito de Setúbal, no que respeita ao número de camas em lares de idosos da rede solidária, os deputados do PSD estão empenhados em contribuir para a resolução deste problema, que passa, inevitavelmente, pela construção do Lar da Associação Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos do Seixal (AURPIS).

Sabemos que a Câmara Municipal do Seixal se comprometeu em fazer o projecto para o referido lar. O final de 2003 foi o primeiro prazo assumido pela Câmara Municipal para concluir o projecto. Posteriormente, perante os próprios idosos do Seixal, foi assumido um novo prazo, que passou a ser o 25

## Da CPD de Setúbal

### Acções dos deputados eleitos e actividades da semana

de Abril de 2004. Que se saiba, até este momento nenhum projecto foi entregue à AURPIS.

Sem esse projecto a Associação não se pode sequer candidatar a receber qualquer apoio público.

Deve constar que, os atrasos da Câmara Municipal do Seixal na elaboração do projecto já provocaram perdas de tempo irrecuperáveis.

Sendo este equipamento muito importante para um dos maiores concelhos do Distrito, os Deputados do PSD eleitos pelo Círculo Eleitoral de Setúbal, perguntam à Câmara Municipal do Seixal, através do Senhor Presidente da Câmara, quais os prazos previstos para a conclusão e entrega do projecto de execução do Lar da Associação Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos do Seixal?

### Actividades da Distrital

De 21 a 26 de Setembro, a Distrital de Setúbal levará a cabo as seguintes acções:

Dia 21, visita do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, Dr. Fernando Negrão e da Secretária de Estado, Dr.ª Rosário Águas, ao Distrito. Com a inauguração do Lar da 3ª Idade da Casa do Povo de Melides, Grândola, uma visita à Residência de Idosos do Centro Paroquial da Cova da Piedade, Almada.

No dia 24, haverá reunião da Comissão Política Permanente e a Comissão Política da Secção de Sines, na Sede de Concelhia, em Sines e no dia 26, às 10 horas, encontro de Militantes e Simpatizantes, na Herdade das Parchanas, no Torrão, Alcácer do Sal.

Também no dia 24, pelas 19 e 30, haverá o Jantar de Tomada de Posse da JSD/SEIXAL, no Hacienda Klub, em Corroios – **CPD Setúbal**

## Da CPD de Faro

### Acessos viários defendidos pelo PSD, lançados ou inaugurados

Da CPD de Faro (Algarve), recebemos a informação de que o secretário de Estado das Obras Públicas se deslocou ao Algarve, onde esteve presente na apresentação do projecto para a obra da EN395 entre o nó da Guia e Albufeira, que decorreu nesta cidade. Esta é uma infra-estrutura que a Distrital tem defendido, pela sua importância para a qualidade de vida do Distrito, em geral, e das populações afectadas e do turismo, em particular. Foi anunciado na ocasião, que no Verão de 2005 o projecto estaria pronto e a obra feita.

Trata-se de um traçado com separador central e duas vias em cada sentido, que retirará todo o trânsito do cruzamento com a 125, permitindo que o acesso à Via do Infante se faça sem os constrangimentos que se verificam actualmente. O custo da obra está estimado em 3,5 milhões de euros.

À tarde, Jorge Costa inaugurou a Variante Sul à EN270, em São Brás de Alportel, que retirará os veículos pesados do centro daquela vila, capital do concelho com o mesmo nome

À margem desta cerimónia e falando à imprensa, Jorge Costa comentou a questão da administração das vias de comunicação Este-Oeste do Algarve, a via do Infante e a Nacional 125, disse que "... a EN125 não tem características de alternativa à Via do Infante".

O secretário de Estado afirmou que, neste momento, a 125 "é uma rua", cuja manutenção deverá ser "assegurada pelas autarquias do Algarve que atravessa".



"É o que faz mais sentido hoje, porque de facto não é uma estrada, é uma rua, e em muitos sítios até já tem passeios", afirmou Jorge Costa que, no entanto, salvaguardou a possibilidade de eventual pagamento de circulação na Via do Infante.

"A cobrança não implica necessariamente a construção de portagens", disse o secretário de Estado, que lembrou que "Hoje já há formas electrónicas e informáticas de fazer essa cobrança sem obrigar à construção de portagens", disse, remetendo uma conclusão definitiva sobre o assunto para "daqui a alguns dias". – **CPD/Faro**



PE debate fogos florestais:

## Carlos Coelho pede mais meios e mais cooperação

O Deputado do PSD, Carlos Coelho, defendeu em Estrasburgo, num debate sobre os fogos florestais deste Verão, que “são necessários melhores meios quer na prevenção, quer na articulação europeia da protecção civil e na cooperação para a utilização de meios pesados.

Sabemos, afirmou Carlos Coelho, que há causas ambientais, ligadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global. É um facto que as temperaturas médias sobem e que os dias com altas temperaturas e baixas taxas de humidade sobem. Sabemos que

houve, em vários casos, mão criminosa na origem destas tragédias. Mas, frequentemente, a expressão catastrófica dos incêndios e da destruição resulta da falta de meios de prevenção e de meios de combate às chamas”.

Carlos Coelho recordou que “o Parlamento Europeu, quando foi debatido o programa Forest Focus, impôs a inclusão da prevenção dos fogos florestais, mas é hoje evidente que são precisos mais meios e mais fundos. A importância da floresta mediterrânica para a economia

regional e local, para a criação de empregos, para a salvaguarda do território, para a diversidade biológica e para a qualidade de vida, torna-a, de facto, necessária”.

O Deputado social-democrata disse ainda que se “os fogos que se fizeram sentir este ano não foram tão trágicos como os que se verificaram o ano passado, isso decorreu do facto de no ano passado cerca de 11% do território florestal português ter sido destruído. Não pode arder o que ardido está. Parte relevante do património florestal da Europa não pode destruir-

se todos os anos com total impunidade”.

Salientando que “foi sentida a ajuda de emergência que o Parlamento Europeu aprovou no ano passado e que ajudou a reforçar os meios que o Governo disponibilizou para o efeito, Carlos Coelho destacou a dedicação dos bombeiros e das populações que, com actos de coragem, de generosidade e de heroísmo, provam que nas tragédias, em que por vezes se revela o pior que o Homem tem, há também muitas pessoas que revelam aquilo que o Homem tem de melhor”.

PE debate terrorismo:

## João de Deus Pinheiro exige firmeza e mais cooperação

João de Deus Pinheiro defendeu, no dia 15, em Estrasburgo, e em nome do Grupo do Partido Popular Europeu, que o combate ao terrorismo “exige grande firmeza às instituições e aos Estados, salvaguardando aquilo que constitui a nossa força moral que é a defesa da Democracia, do Estado de Direito e dos Direitos do Homem. Não toleramos o terrorismo, mas não queremos

estados policiais”.

Numa intervenção no Plenário do Parlamento Europeu, no debate sobre o recente massacre na escola de Beslan, João de Deus Pinheiro classificou este acto de “hiperterrorismo, por se atacar deliberadamente a crianças”.

O Deputado social-democrata afirmou que o combate ao terrorismo tem de passar por uma cooperação mais intensa entre



governos e instituições e defendeu que “esta cooperação tem espaço para ser melhorada, nomeadamente ao nível dos serviços de informação e do controlo de fluxos financeiros”.

A este propósito, João de Deus Pinheiro saudou “o trabalho desenvolvido pela actual Comissão Europeia no âmbito do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça que tem que ser continuado”.

## Assunção Esteves defende que a Constituição Europeia marca um novo tempo político

A Deputada do PSD, Assunção Esteves, afirmou em Estrasburgo, referindo-se ao Tratado Constitucional da União Europeia que “onde se fez nascer o sonho não se pode deixar nascer o medo”.

Numa intervenção no debate do dia 15, no Plenário do Parlamento Europeu, com a participação do Conselho e da Comissão, sobre a estratégia de comunicação no processo de ratificação do Tratado Constitucional, a Deputada social-democrata salientou que a emergência da Constituição Europeia marca um novo tempo político.

“Estamos aqui, acrescentou,

porque já partilhámos os mesmos valores constitucionais, não chegaríamos aqui sem essa partilha. O que há de novo na Constituição Europeia é uma maior integração jurídica e política, o sinal de que a Europa é mais do que um espaço económico ou de mercado, é sobretudo um espaço de valores, uma pátria constitucional, cujo elemento ordenador é a dignidade humana”.

Salientando que a Constituição Europeia não obedece ao processo de formação clássico, próprio das outras constituições, porque convoca instituições europeias, Estados e cidadãos, a Deputada Assunção

Esteves defendeu que as instituições europeias têm aqui a incumbência de empreender uma acção transversal aos diferentes Estados, no debate para a ratificação; e que o debate deve ser obra comum.

Para Assunção Esteves, a ratificação não será difícil se fizermos um discurso objectivo, de verdade sobre a partilha de valores que já nos ligam desde o início desta comunidade. As instituições europeias, acrescentou a Deputada, devem estabelecer uma comunicação directa com os cidadãos e afastar a exclusividade da mediação dos



Estados. Devem evitar a partição do discurso europeu ou a sua instrumentalização.

## Jorge Nuno Sá e Pedro Passos Coelho debatem “30 Anos de Social Democracia”

Será já no próximo dia 2 de Outubro, pelas 20h, em Grândola, que a JSD distrital de Setúbal organiza um debate especial, que junta à mesma mesa o actual e um dos mais emblemáticos líderes da JSD.

Os “30 Anos de Social-Democracia”, são o mote para este encontro de gerações com Jorge Nuno Sá e Pedro Passos Coelho.

O evento tem lugar no Restaurante “A Coutada”. Inscrições: 917682868 (Nuno Matias) e 265229235 (Edite Pontes).

### Deputado da JSD no debate da transparência nas contas públicas

Daniel Rebelo, em debate parlamentar, estranhou o momento escolhido pelo Partido Socialista para demonstrar preocupação pelas contas públicas.

O Deputado da JSD manifestou-se surpreendido com o facto de o PS sugerir sobre a matéria “um conjunto de medidas, justamente quando elas estão já implementadas ou em implementação pelo Governo”.

“O Governo tem respeitado e cumprido a Lei de Enquadramento Orçamental, e acima de tudo tem mantido uma postura de transparência em relação às contas públicas, que (é importante lembrá-lo como prova da sua credibilidade) têm sido intensamente revistas pelo Eurostat que aumentou o seu acompanhamento das contas portuguesas depois do incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento”, reforçou Daniel Rebelo.

## O Oeste foi a votos

Os novos órgãos distritais da JSD/Área Oeste já estão em funções, tendo sido eleitos em sufrágio realizado no passado dia 11 de Setembro.

O companheiro Ricardo Machado revalidou o seu mandato, mantendo-se por mais dois anos na liderança da Comissão Política Distrital.

Ao Ricardo Machado e a toda a sua equipa endereçamos votos de bom trabalho.

Pedro Duarte “regressa” a Casa:

## A “SOP” recebeu o antigo líder

Realizou-se no passado dia 17 de Setembro, na Sede do Núcleo Ocidental do Porto, a conhecida SOP, um debate que contou com a presença do Secretário de Estado da Juventude, Pedro Duarte.

O tema central desta acção foi um “regresso ao passado” do Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD como militante e dirigente da então denominada Secção Ocidental do Porto, hoje convertida a Núcleo.

De recordar que Pedro Duarte começou a sua carreira na JSD, como membro de uma Comissão Política da SOP, passando depois a ser o seu Presidente durante dois mandatos, antes de sair para a presidência da Distrital do Porto e mais tarde da Comissão Política Nacional.

Foi pois uma noite agradável, onde se contaram histórias antigas da JSD, e onde afluíram, para além dos dirigentes e militantes do Núcleo, alguns antigos dirigentes contemporâneos de Pedro Duarte, o Presidente do Núcleo da JSD, Francisco Beça, e do PSD, Mário Jorge, (também ele oriundo da JSD) e os



## JSD/Monchique em alerta ambiental

Em comunicado enviado à imprensa, a JSD/Monchique acusa a Câmara Municipal de querer abater centenas de árvores junto às bermas de várias estradas do Concelho. Árvores que, segundo a JSD, são centenárias e até classificadas e “têm atraído milhares de turistas que encontram aí uma magnificência natural impar”.

“A JSD/Monchique não pode deixar de reprovar esta decisão do Presidente da Câmara de Monchique que, numa atitude de perfeito ditador, pretende delapidar ainda mais os recursos e a riqueza natural deste concelho sem apresentar uma alternativa credível e aceitável do ponto de vista ambiental. Área esta cuja sua acção governativa tem deixado muito a desejar e prejudicado seriamente o Património Ambiental de Monchique.”

Para a JSD/Monchique, é necessário e urgente o abate das árvores que arderam e que entretanto apodreceram, constituindo uma ameaça para os utentes das estradas. Porém, esta medida tem de ser inserida num Projecto Global de Reflorestação e não em acções irreflectidas como a presente.

## “Energia Vital Contra a Droga” soma e segue

No âmbito na campanha regional “ENERGIA VITAL contra a droga”, que está a ser levada a efeito pela JSD/Açores em todas as ilhas, a JSD/Terceira organizou, entre os dias 3 e 12 de Setembro, na Casa do Povo dos Biscoitos, o II Torneio de Futsal da JSD.

Envolvendo um total de 12 equipas e cerca de 120 atletas, durante os 10 dias de torneio foram distribuídos folhetos informativos e t-shirts alusivos à campanha.

A JSD/Terceira pretendeu desta forma sensibilizar os jovens para a prática de estilos de vida saudáveis, nomeadamente pela via do desporto, e alertar para a problemática das toxicodependências na Região.

Política, desporto e intervenção social deram as mãos nos Açores. Eis a classificação final: 1º WOW – BA; 2º S.C. Lusitânia; 3º Agualva; 4º Biscoitos United.



presidentes da JSD/Distrital e Concelhia do Porto, respectivamente Daniel Figueiro e Hugo Neto.

A noite terminou num convívio no bar da sede, tendo esta actividade sido o melhor arranque às comemorações dos 30 anos da SOP.

### CURTAS/AGENDA:

- 24 de Setembro, 19h30m, Jantar de Tomada de Posse da JSD/Seixal (na Hacienda Club). Inscrições: Miguel Martins - 91 7806766;

- 5 de Outubro, 10h, Paintball a Laser (com churrasco/convívio). Junto ao Pavilhão do Grupo Fabril (ex-Quimigal) no Barreiro. Equipas de 5 elementos. Inscrições: 917682868 (Nuno Matias);

- 24 de Outubro, 10h: 2º Torneio Laranja de Karting (Kartódromo Internacional de Palmela). Equipas de 4 a 6 elementos. Inscrições através do 917682868 (Nuno Matias) ou 265 229 235 (Edite Pontes);

- Teve lugar um jantar convívio da Secção da JSD/Santarém, no passado dia 17, que juntou diversos dirigentes locais e distritais.

#### PRÓXIMA EDIÇÃO:

- Eleições Distritais da JSD/Aveiro

- Festa do 30º Aniversário da JSD/Algarve

# Actualidade



O ano político começou na Sede do PSD, com o recomeço do ciclo de visitas dos dirigentes distritais. Nesta primeira ocasião, reuniram-se os Presidentes daquelas estruturas, com o Presidente do Partido, Pedro Santana Lopes, o Secretário-Geral, Miguel Relvas e o Secretário-Geral adjunto, Matos Rosa. – **Foto: Luís Saraiva**



Esteve em visita oficial a Portugal, a Primeira-Ministra da Letónia, Vaira Vīķe-Freiberg, que manteve conversações com o Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes. O chefe do Governo português ofereceu um almoço à sua homóloga letona, no Palácio das Necessidades. A imagem mostra a chegada dos dois governantes às Necessidades. – **Foto: Lusa, Tiago Petinga**



O Primeiro-Ministro argelino deslocou-se a Lisboa em visita de trabalho, sendo recebido na residência oficial de São Bento, pelo Primeiro-Ministro Santana Lopes. – **Foto: Lusa, Tiago Petinga**



Falando sobre o caso da refinaria de Matosinhos, no sábado passado, o Primeiro-Ministro esclareceu que ainda não está decidido o fecho, a deslocação ou a continuidade, tendo já pedido informações aos ministros das Actividades Económicas e Ambiente sobre o assunto, sobre as consequências da manutenção, com o reforço dos sistemas de segurança ou quais as alternativas.

«Há um facto indesmentível: aquele equipamento fica perto de uma cidade, como não acontece em nenhum outro caso em Portugal. Há vários valores a proteger, como a segurança das pessoas, os interesses económicos e as responsabilidades contratuais assumidas», declarou o chefe do Governo à SIC Notícias. – **SIC Notícias**



Propriedade PSD-Partido Social Democrata  
Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax. 213976967- Depósito legal nº1970/83 - I.C.S. nº 105690  
Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Imprensa - Mirandela Artes Gráficas, SA, Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA  
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Ciel Bela-Vista - Rua da Tascosa, 4º Piso - Massamá - 2745 QUELIZ - Telef. 214398500 - Fax 213976967

POVO LIVRE





# Convocatórias

## XXVI Congresso Nacional

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convocam-se as Assembleias de Secção que se seguem para se reunirem nos dias, horas e ordens de trabalho indicadas.

**Notas:**

As urnas estarão abertas nos horários abaixo indicados;

Para a eleição dos delegados, os militantes candidatar-se-ão através da apresentação de listas, que deverão ser entregues até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral;

O apuramento dos delegados é feito por método de representação proporcional de Hondt;

Só poderão votar e ser eleitos os militantes que até às 18h00 do dia 17 de Setembro tenham efectuado o pagamento da respectiva quota na tesouraria da Sede Nacional e estejam inscritos há pelo menos seis meses e um no ano respectivamente e no pleno exercício dos seus direitos.

### Abrantes

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h30 às 22h30  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Albufeira

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Alcochete

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h30 às 23h30  
**Local:** Rua do Paço, nº11  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Algés

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Águeda

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Alcácer do Sal

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 10h00 às 12h00  
**Local:** Rua João Alves Sá Branco, nº 23 - Garagem  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Alcoutim

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 21h00  
**Local:** Auditório do Castelo de Alcoutim  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Algueirão Mem Martins

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Escola Secundária.  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Aguiar da Beira

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Alcanena

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h30 às 22h30  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Alenquer

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:

### Alijó

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h30 às 17h00  
**Local:** Escola Secundária.  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Alandroal

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos: 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso.

### Alcobaça

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h30 às 24h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:

### Alfândega da Fé

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:

### Aljezur

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 16h00 às 18h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Albergaria-a-Velha

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h30 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos: 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD;  
 2. Análise da situação política Local e Nacional.

1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

### Almada

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h30 às 23h30  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD



## Almeida

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h00 às 19h00  
**Local:** Casa das Associações  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Almeirim

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Clínica Veterinária Principal  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Almodôvar

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h00 às 18h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Alpiarça

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 10h00 às 13h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Alter do Chão

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h30 às 19h00  
**Local:** Salão Ex-Casa do Povo  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Alvaiázere

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Alvito

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h00 às 18h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Amadora

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h30 às 24h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Amarante

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Amares

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 9h30 às 11h30  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Anadia

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 21h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Ansião

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Arcos de Valdevez

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h30 às 21h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Arganil

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Armamar

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 16h00 às 18h00  
**Local:** Salão Paroquial  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Arouca

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Auditório dos Bombeiros Voluntários  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Arronches

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Arruda dos Vinhos

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Aveiro

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 21h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Avis

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Azambuja

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Rua Eng. Moniz da Maia, nº13  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Baião

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Barcelos

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Barreiro

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 24h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Batalha

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Beja

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Belmonte

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 22h00  
**Local:** Junta de Freguesia  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Benavente

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Bombarral

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h30 às 23h30  
**Local:** Auditório Municipal do Bombarral  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Borba

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Botlicas

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h30 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Braga

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h30 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Bragança

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede Distrital  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Cabeceiras de Basto

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD  
2. Análise da situação Política Local e Nacional

## Cacém

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD



## Cadaval

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Cascais

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 24h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Celorico de Basto

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h00 às 16h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Crato

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Caldas da Rainha

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD  
 2. Outros assuntos de interesse político partidários.

## Castanheira de Pêra

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Chamusca

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 22h00  
**Local:** Rua Direita de São Pedro, nº 123  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Elvas

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Hotel D. Luís  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Caminha

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Castelo Branco

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Chaves

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h30 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Entroncamento

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Campo Maior

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Castelo de Paiva

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h30 às 19h30  
**Local:** Ex- Casa do Povo  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Cinfães

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Espinho

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD  
 2. (às 22h15) Análise da situação política local e nacional.

## Cantanhede

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Castelo de Vide

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Coimbra

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 10h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Esposende

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Carraceda de Ansiães

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Castro Daire

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 21h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Condeixa-a-Nova

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Salão Nobre da Junta de Freguesia de Salreu  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD  
 2. Análise da situação Política.

## Carregal do Sal

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 18h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Castro Marim

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Restaurante Girassol em Altura  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Coruche

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h30  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Estremoz

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Cartaxo

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Celorico da Beira

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Covilhã

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Évora

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD



## Fafe

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 18h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Faro

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 24h00  
**Local:** Rua Vasco da Gama, 1º dto  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Felgueiras

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Ferreira do Alentejo

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h00 às 18h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Ferreira do Zêzere

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD  
2. Análise e esclarecimento da proposta em tempo apresentada pelo militante nº 5235 à Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere.  
3. Outros assuntos de interesse para a secção.

## Figueira Castelo Rodrigo

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Figueira da Foz

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Figueiró dos Vinhos

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h30 às 22h30  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Fornos de Algodres

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h30  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Freixo de Espada à Cinta

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Fronteira

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h00 às 19h00  
**Local:** Junta de Freguesia  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Fundão

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h30 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Gavião

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Casa do Povo  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Góis

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Golegã

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Gondomar

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 10h00 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Gouveia

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD  
2. Análise da situação Política.

## Grândola

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Guarda

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Guimarães

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Idanha-a-Nova

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Ílhavo

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h30 às 23h00  
**Local:** Museu Marítimo de Ílhavo  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD  
2. Informações;  
3. Análise da situação Política

## Lagoa

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Lagos

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Lamego

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Leiria

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 21h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Loulé

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 16h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Loures

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Lourinhã

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Lousã

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Lousada

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Mação

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Macedo de Cavaleiros

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 16h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD





# Convocatórias - XXVI Congresso Nacional

## Murça

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h30 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Oeiras

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Ourique

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h00 às 18h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Penacova

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD  
2. Análise da situação política.

## Murtosa

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Oleiros

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Casa Peixoto  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Ovar

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Penafiel

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h30 às 23h30  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Nazaré

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD  
2. Análise da situação Política.

## Olhão

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Paços de Ferreira

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Penalva do Castelo

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h00 às 19h00  
**Local:** R. Alexandre Herculano, nº13  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Nelas

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Oliveira de Azeméis

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Palmela

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Penela

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Nisa

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h45  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Oliveira de Frades

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Pampilhosa da Serra

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Peniche

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h30 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Óbidos

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Praça Dr. Azevedo Predigão, nº7- Amoreira  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Oliveira do Bairro

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Paredes

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 18h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Pêro Pinheiro

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h30 às 22h30  
**Local:** Rua das Eiras, nº11  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Odemira

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h00 às 18h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Oliveira do Hospital

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 21h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Paredes de Coura

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** R. Custódio José Vieira, 19  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Peso da Régua

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h30 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Odivelas

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h30 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Ourém

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Pedrógão Grande

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h30 às 22h30  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Pinhel

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Casa do Povo  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD





## Sátão

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h30 às 17h30  
**Local:** Pensão Império  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Secção A

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Secção B

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Secção D

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Secção E

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Secção F

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h30 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Secção G

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Secção H

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h00 às 24h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Secção I

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 22h00  
**Local:** Sede Distrital  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Secção Oriental

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Seia

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD  
2. Informações e Análise da situação Política.

## Seixal

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Sernancelhe

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Quinta dos Arcos-Fundo da Granjal  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Serpa

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h00 às 18h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Sertã

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 21h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Sesimbra

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h30 às 24h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Setúbal

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h30 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Sever do Vouga

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h30 às 22h30  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Silves

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h30 às 23h30  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Sines

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Sintra

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Sobral de Monte Agraço

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h30 às 23h30  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Soure

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Sousel

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h30 às 22h30  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Tábua

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Tabuaço

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Tarouca

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Cast. Ouro - b/1 r/c  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Tavira

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Terras do Bouro

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Tomar

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Rua Fábrica Fiação 57 - A, Loja r/C dtº  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Tondela

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Torre de Moncorvo

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Torres Novas

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 17h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
Ordem de trabalhos:  
1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD





## Torres Vedras

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Trancoso

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Ass. Cultural e Recreativa de Trancoso  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Trofa

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vagos

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 21h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vale de Cambra

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Valença

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Valongo

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Valpaços

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h30 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vendas Novas

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Viana do Alentejo

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h30 às 23h30  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Viana do Castelo

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 22h00  
**Local:** Sede Distrital  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Veira do Minho

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila de Rei

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 13h00 às 15h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila do Bispo

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 24h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila do Conde

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Flor

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h30 às 17h30  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Franca de Xira

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 19h00 às 23h30  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Nova da Barquinha

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Nova de Cerveira

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Nova de Famalicão

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 21h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Nova de Foz Côa

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Nova de Gaia

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 24h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Nova de Paiva

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Nova de Poiares

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 20h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Pouca de Aguiar

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 14h30 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Real

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 19h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Real de Santo António

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h30 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Verde

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 18h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vila Viçosa

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h30 às 23h30  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vimioso

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 21h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vinhais

**Dia:** 16 de Outubro de 2004  
**Hora:** 15h00 às 17h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Viseu

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 23h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vizela

**Dia:** 15 de Outubro de 2004  
**Hora:** 21h00 às 24h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Vouzela

**Dia:** 17 de Outubro de 2004  
**Hora:** 20h00 às 22h00  
**Local:** Sede do PSD  
 Ordem de trabalhos:  
 1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD

## Europa

### BRUXELAS

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata e dos Estatutos Nacionais, convocam-se os militantes da Secção de Bruxelas, para uma reunião a realizar no próximo dia 17 de Outubro de 2004, pelas 20h00, no nº3, em Centro Lumen, Ch. Du Boondaël, 32 – 1050 Bruxelas, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Eleição do Delegado ao XXVI Congresso do PSD.
2. Debate sobre a situação política actual;
3. Diversos.

#### NOTA:

Recorda-se a todos os militantes o nº da conta do PSD para pagamento de quotas 853 – 8741557 –46 (30 Euros para o ano 2004).

### ESTRASBURGO

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Estrasburgo, para reunir no dia 17 de Outubro de 2004, a partir das 15h00 na Sala CIARUS ( Auberge de Jeunesse), 7, Rue Finkmatt \_ 67000 Strasbourg – França, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD.

### LONDRES

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata e dos Estatutos Nacionais, convocam-se os militantes da Secção de Londres, para uma reunião a realizar no próximo dia 16 de Outubro de 2004, Sábado, pelas 17h30, no nº3, Belgrave Place – London, SW1X 8 BU, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Eleição do Delegado ao XXVI Congresso do PSD.

### PARIS

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata e dos Estatutos Nacionais, convocam-se os militantes da Secção de Paris, para uma reunião a realizar no próximo dia 16 de Outubro de 2004, Sábado, pelas 17h30, no nº34 Avenue Reille – 75014 Paris ( Metropolitano – RER « Cité Universitaire»), com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Eleição do Delegado ao XXVI Congresso do PSD.

### RHÔNE – ALPES/LYON

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata e dos Estatutos Nacionais, convocam-se os militantes da Secção de RHÔNE – ALPES/LYON, para uma reunião a realizar no próximo dia 16 de Outubro de 2004, Sábado, pelas 17h00, na Rua de Dijon, nº 48 – Chalons –sur–Saone, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Eleição do Delegado ao XXVI Congresso do PSD.

### STUTT GART

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata e dos Estatutos Nacionais, convocam-se os militantes da Secção de STUTT GART, para uma reunião a realizar no próximo dia 17 de Outubro de 2004, pelas 17h00, na Sophinstr 19, Stuttgart, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Eleição do Delegado ao XXVI Congresso do PSD.

### SUIÇA

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata e dos Estatutos Nacionais, convocam-se os militantes da Secção do PSD da Suíça, para reunir no dia 16 de Outubro de 2004 (sábado), a partir das 18h30 em Berna (local indicado via postal), com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Eleição do Delegado ao XXVI Congresso do PSD.

## Fora da Europa

### MACAU

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata e dos Estatutos Nacionais, convocam-se os militantes da Secção de Macau, para uma reunião a realizar no próximo dia 16 de Outubro de 2004 (sábado), pelas 12h00, na Sala 1308 do Edifício MAcau Landmark, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Eleição de um delegado e dois observadores ao XXVI Congresso Nacional do PSD, a decorrer em Barcelos nos dias 12,13 e 14 de Novembro de 2004.

#### Nota:

No caso específico de MACau, tendo-lhe sido atribuído um único Lugar de delegado, as candidaturas serão individuais e, dado a estrutura não possuir sede própria, apresentadas perante a Comissão Política, através do fax 812136

ou da Caixa Postal 1307 Macau.

### RIO DE JANEIRO

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata e dos Estatutos Nacionais, convocam-se os militantes da Secção do Rio de Janeiro, para uma reunião a realizar no próximo dia 15 de Outubro de 2004, Sábado, pelas 18h00, na sede de Secção, sita na Rua Evaristo da Veiga nº 47 – 7º andar no Centro – Rio de Janeiro, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Eleição do Delegado ao XXVI Congresso do PSD.

#### Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.



## MAPUTO

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata e dos Estatutos Nacionais, convocam-se os militantes da Secção de Maputo, para uma reunião a realizar no próximo dia 16 de Outubro de 2004, pelas 18h00, na Rua D. João III, 76 em Maputo, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD.

## NEW JERSEY

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata e dos Estatutos Nacionais, convocam-se os militantes da Secção de New Jersey, para uma reunião a realizar no próximo dia 1 de Outubro de 2004, pelas 19h00, na "Portuguese Cultural Association" 408 Schuyler Avenue, Kearny, NJ, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Abertura da Assembleia;
2. Relatório do Presidente;
3. Relatório do Tesoureiro;
4. Verificação da Listagem;
5. Eleição do Delegado ao XXVI Congresso do PSD;
6. Encerramento.

## SÃO PAULO

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata e dos Estatutos Nacionais, convocam-se os militantes da Secção de São Paulo-Brasil, para uma reunião a realizar no próximo dia 16 de Outubro de 2004, pelas 11h00, na Rua Thomaz Gonzaga, nº8 Cj 41, São Paulo, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Análise geral da situação política para a emigração;
2. Eleição de três Delegados e seus suplentes ao XXVI Congresso do PSD;

## TORONTO

Ao abrigo do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do Partido Social Democrata e dos Estatutos Nacionais, convocam-se os militantes da Secção de Toronto, para uma reunião a realizar no próximo dia 15 de Outubro de 2004, pelas 21h00, na Sede, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Eleição dos Delegados ao XXVI Congresso do PSD



## CAMPO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Campo Maior, para reunir no dia **28 de Outubro de 2004**, pelas 20h00, com a seguinte

### Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota:

A urna estará aberta das 20h00 às 23h00 na sede do PSD, Rua 1º de Maio, 11-1º - Campo Maior.

## DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo do disposto no Artigo 37º e 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Guarda, a reunir no dia 23 de Outubro de 2004, sábado, pelas 15h00, na sala de Conferências da Junta de Freguesia de S. Miguel da Guarda, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da Situação Política;
3. Discussão e Votação da Moção a apresentar no XXVI Congresso Nacional do PSD.

## ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Secção de Esposende, para reunir no dia **1 de Outubro** de 2004, pelas 21h00, no Hotel Suave Mar, com a seguinte

### Ordem de trabalhos:

1. Congresso Nacional do PSD;

2. Situação Política Concelhia e Nacional;
3. Assuntos de interesse.

## LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Loures para reunir no dia **15 de Outubro de 2004**, pelas 21h00, na nova sede sita no Parque Residencial do Almirante, lote 15 Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

### Ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Apresentação do relatório e contas do 1º semestre;
3. Análise da situação política nacional;
4. Análise da situação autárquica.

## MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Marco de Canaveses, para reunires no dia **23 de Outubro de 2004**, entre as 16h00 e as 23h00, na sede concelhia, sita no Largo Sacadura Cabral, 26 – 2º dto, em Marco de Canaveses, com a seguinte

### Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção de Marco de Canaveses.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

## NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Nazaré, para reunir no dia **29 de Outubro de 2004**, na sede do PSD, sita na Rua Adrião Batalha, nº 144 – Nazaré, com a seguinte

### Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues entre as 20h00 e as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 20h00 às 22h00.

## OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Oeiras, para reunir no dia **30 de Setembro de 2004**, na sede do PSD, Largo do Avião Lusitânia, n.º 15, às 21h00, com a seguinte

### Ordem de trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional;
3. Outros

## OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Ovar para uma sessão ordinária, a realizar no próximo dia **15 de Outubro de 2004** (sexta-feira), às 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 1.º esq, em Ovar, com a seguinte

### Ordem de trabalhos

1. Informação;
2. Aprovação das contas de 2003;
3. Aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2004;
4. Preparação das Eleições Autárquicas de 2005.

## PAREDES DE COURA (Distrital de Viana do Castelo)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes de Coura, para reunir no dia **29 de Outubro de 2004**, pelas 21h30, na Rua Custódio José Vieira, 19 em Paredes de Coura, com a seguinte

### Ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas concorrentes devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Rua Custódio José Vieira, 19 em Paredes de Coura.

As urnas estarão abertas das 22h00 às 24h00.



## NÚCLEO de BAGUIM do MONTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial de Baguim do Monte, para Assembleia Eleitoral, no dia 22 de Outubro de 2004, pelas 20h00, na Sede Concelhia do PSD de Gondomar, sita à Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política de Núcleo Residencial;

Nota:

1- As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Gondomar.

2- As urnas estarão abertas até às 24h00.

## NÚCLEO de S. COSME

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial de S. Cosme, para Assembleia Eleitoral, no dia 22 de Outubro de 2004, pelas 20h00, na Sede Concelhia do

PSD de Gondomar, sita à Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, com a seguinte

### Ordem de trabalhos

- 1- Eleição para a Mesa de Plenário do Núcleo Residencial.
- 2- Eleição para a Comissão Política de Núcleo Residencial;

Nota:

- 1- As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Gondomar.
- 2- As urnas estarão abertas até às 24h00.

## MONDIM de BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os Militantes da Secção da JSD de Mondim de Basto, para um plenário desta secção realizar no próximo dia 25 de Outubro de 2004, pelas 14h30, na Sede do PSD, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa do Plenário ;
- Eleição da Comissão Política;
- Eleição dos Delegados ao Plenário Distrital

Nota:

As candidaturas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD sito na Praça Conde de Vila Real – Mondim de Basto.

O acto eleitoral decorrerá entre as 14h30 e as 16h30.



## TSD AML

Ao abrigo dos artigos 42.º e 43.º dos Estatutos dos TSD convoco a Assembleia Distrital dos TSD de Lisboa, para o acto eleitoral a realizar no dia 21 de Outubro.04 na sede distrital dos TSD/PSD de Lisboa, sito na Rua da Junqueira 209, das 18H00 às 20H00 com a seguinte

### Ordem de trabalhos:

Ponto único: -Eleição dos 5 delegados dos TSD ao XXVI Congresso do PSD.

OBS: "As listas de candidatos devem obedecer ao Regulamento Eleitoral e devem ser apresentadas ao órgão que convoca as eleições até às 22 horas do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral e no local que conste da convocatória" (art.º 4.º - n.º3 do Regulamento Eleitoral)

## TSD PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de voto dos TSD do Distrito do Porto, para uma reunião a realizar no dia 15 de Outubro de 2004 das 18H00 às 21H00, na Sede Distrital do PSD, sito na Rua Guerra Junqueiro, 64, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos:

1. Eleição dos delegados ao XXVI Congresso do PSD